
Carlos Pimenta*

WP/CEAUP #2007/01

Globalização e Desenvolvimento: Realidade, Possibilidade ou Miragem?***



CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS
UNIVERSIDADE DO PORTO



Uma leitura científica da sociedade actual exige uma crítica das evidências e uma reanálise da história recente contada e propagandeada pelos vencedores.

A globalização, fase recente da mundialização do capitalismo imperialista, caracteriza-se diferencialmente, entre outros aspectos, pelo aumento da importância dos mercados financeiros, assente no capital fictício. Globalização é agravamento das desigualdades económico-sociais à escala mundial e importância crescente da economia subterrânea na reprodução do sistema. A história da economia mundial ao longo dos séculos e o aparecimento das problemáticas do desenvolvimento mostram que estamos perante uma dinâmica que predominantemente associa os interesses dos países desenvolvidos com a realidade de uma intensa prática diplomática, económica e de «cooperação» cujos resultados efectivos são fracos, nulos ou até contraproducentes.

A síntese da globalização e das práticas de desenvolvimento conduz a um dos períodos mais dramáticos para os povos dos países subdesenvolvidos, nomeadamente de África. Este continente é um espaço geográfico-social em que os impactos da globalização e as práticas do desenvolvimento mostram convincentemente quanto as agendas político-económicas e os actuais modelos económicos e sociais podem ser prejudiciais para a vivência e a sobrevivência dos povos.

Com base na informação estatística disponível e nos modelos teóricos esboçados procuraremos destrinçar a realidade das miragens, traçar algumas pistas de investigação e de política para mudar alguns aspectos desta situação.

A scientific reading of modern society requires a criticism of what we can see around us and a re-analysis of the recent history told and propagandised by the winners.

Globalisation, the recent stage of the worldwide spread of imperialist capitalism, is characterised differentially, among other aspects, by the increase in the importance of the financial markets, based on fictitious capital. Globalisation is the worsening of the economic and social inequalities on a world scale and the growing importance of the underground economy in the system's reproduction. The history of the world economy over the centuries and the appearance of the problems of development show that we are faced with a dynamic that predominantly associates the interest of developed countries with the reality of an intense diplomatic, economic and "cooperative" practice, whose effective results are weak, null or even counterproductive.

The synthesis of globalisation and of the practices of development has led to one of the most dramatic periods for the people of the underdeveloped countries, namely in Africa.

This continent is a geographic-social arena in which the impacts of globalisation and the practices of development are convincing proof of how much politico-economic agendas and present economic and social models can harm the way of life and the survival of different peoples.

Based on the available statistical information and on the theoretical models outlined, we will seek to disentangle the reality from the mirage, draw some clues for research and for policies that will change some aspects of this situation.



Índice

Considerações Prévias

1. Objecto do texto
2. Noção de globalização
3. Primeira noção de desenvolvimento
4. Aplicação a África

Globalização, Realidades e Mitos

Esclarecimentos iniciais

5. Perigos das evidências
6. Fase do capitalismo
7. Sobre o conceito de «mercado»
8. Tecnologia e globalização

Caracterização da globalização

9. Análise económica diferencial
10. Primeiros elementos caracterizadores
11. Actividades improdutivas e redistribuição
12. Economia não-registada e redistribuição
13. Agravamento das desigualdades
14. Poder político sempre presente

África e Globalização

15. Agravamento da situação
16. Alguns dados
17. Economia não-registada
18. «Desenvolvimento» contra as populações

Desenvolvimento, o Desafio Etnocêntrico

19. Bases do «desenvolvimento»
20. Criação social do subdesenvolvimento
21. Dualismo desarticulado
22. «Desenvolvimento» enquanto neocolonialismo
23. «Indústria da cooperação»

Apontamento final

24. Síntese
25. A “renda” e a sua problemática

Bibliografia

Notas



Considerações Prévias

1. Objecto do texto

O objectivo deste texto é fazer uma interpretação da globalização, em primeiro lugar, e reflectir, seguidamente, sobre a concepção de desenvolvimento que desde o século passado tem sido consagrada. Se poderemos admitir que esta se mostra inadequada desde sempre para promover uma melhoria das condições de vida das populações, tal facto torna-se muito mais flagrante nos anos mais recentes. A viabilidade desta constatação depende muito da realidade que tomarmos como referência porque a globalização não é uma realidade homogênea, antes pelo contrário, e a evolução, em que todos os países estão inseridos, também difere de região para região. A globalização e o desenvolvimento são realidades totalmente diferentes nas práticas quotidianas – embora constituindo um todo – dos povos que se inserem nas sociedades altamente desenvolvidas, no centro, e nas sociedades “em vias de desenvolvimento”, subdesenvolvidas, da periferia¹. E se entre os primeiros é possível falar da desilusão da globalização, entre os segundos nem tal é viável porque nunca chegou a haver essa ilusão, nunca chegaram a notar que estavam etiquetados como cidadãos de uma aldeia global que nunca encontraram².

Falaremos de globalização e desenvolvimento em geral e em muitos casos tentaremos tratar esses assuntos de uma forma abrangente, mas desde já afirmamos que muitas das pormenorizações, muitos dos contrastes assumidos, tomaram essencialmente como referência o continente africano. Em grande medida porque é o macroespaço onde as condições de vida estão mais afastadas da dignidade que to-

dos os cidadãos merecem, e que as potencialidades científicas actuais permitem. Também, porque é um espaço a que temos dedicado algum esforço de interpretação, entendendo que não se trata de uma mera aplicação das diversas disciplinas ou da interdisciplinaridade a uma realidade geográfica, social e política própria, mas antes o pretexto para uma reflexão epistemológica, quase sempre alternativa, do conhecimento científico actual³. Conhecimento enquanto forma organizada da informação conducente à descrição, interpretação ou previsão da realidade. Conhecimento enquanto instituição com uma estratégia de poder. Conhecimento enquanto suporte de criação de novas maneiras de pensar e agir, enquanto influenciador do conhecimento corrente e construtor de cultura. Conhecimento enquanto sustentáculo para intervenções políticas que devem ter em conta a realidade complexa em que se pretende intervir.

Lastimamos não conhecer suficientemente o continente africano e o mundo de forma a visualizar em cada número o rosto dos construtores do quotidiano na “universidade pragmática da vida”⁴, permitindo-me aperceber em cada formulação dos modelos o cheiro da terra e o tacto do ar. Mas tudo faremos para manter a lucidez da relevância do concreto, para não tombarmos numa fria análise do social sem a bússola dos valores éticos, do respeito pelos homens, meus companheiros de viagem, cada vez mais próximos de mim pelo desenvolvimento tecnológico e pelo conhecimento que temos uns dos outros.



2. Noção de globalização

A diversidade de sentidos que é atribuído a globalização exige, desde já, que precisemos do que falaremos ao longo deste texto e que vem na linha do livro que sobre o assunto publiquei (PIMENTA, 2004), aprofundado e corrigido aqui e ali por muitas conferências e debates sobre o assunto, por outras leituras, por uma interpretação atenta do que desde em então aconteceu.

Ao utilizarmos o português temos simultaneamente a vantagem e a desvantagem de utilizarmos ora o termo mundialização, ora o termo globalização, ficando para trás outros menos adequados, como internacionalização, ou aqueles que ainda não ganharam força suficiente para se imporem. E todos temos o direito de o fazer e utilizar essas palavras com um certo sentido, mas temos o dever de sermos o mais rigorosos possíveis no significado que lhes atribuímos. Se esse é um cuidado que devemos sempre ter, sobretudo nas ciências da realidade humana⁵ onde frequentemente as fronteiras entre o conhecimento corrente e o científico são difusas, torna-se um imperativo epistemológico quando estamos a tratar de assuntos que são “abordados por todos”, que são vedetas da informação, que todos os dias são tratados e maltratados pela comunicação social, pelos políticos, pelos cidadãos em geral.

Entendemos por mundialização um processo de aproximação entre homens quotidianamente inseridos em espaços geográficos diferentes. Aproximação que pode assumir múltiplas formas: da viabilidade de contacto pessoal à comunicação escrita; da troca de mercadorias produzidas por uns e outros à troca de informações, para apenas referirmos alguns exemplos. Assim sendo, podemos dizer, como é frequentemente afirmado, que *a mundialização é um processo que se iniciou desde os primórdios da humanidade, com avanços – em al-*

guns momentos com grandes acelerações (invenção da roda, criação dos grandes impérios, navegação dos oceanos, telefone e telégrafo, microinformática, por exemplo) – e recuos, mas tendencialmente crescente. Manifestando-se de forma desigual nas diversas regiões do mundo. Se medirmos a mundialização pela frequência e velocidade da relação entre quaisquer dois cidadãos (ou instituições) situados em espaços geográficos (e sociais) diferentes, facilmente chegaremos à referida constatação.

Contudo, será disso que falamos quando discutimos sobre a mundialização, quando procuramos medir os prós e os contras, quando reflectimos sobre as nossas condições de vida, sobre as políticas económicas e sociais de que somos beneficiários ou lesados? Certamente que não. O objecto de estudo que corresponde às preocupações de todos nós, cidadãos desta etiquetada “aldeia global”, é a sociedade actual, com dinâmicas fortemente condicionadas pelo económico⁶. É uma certa fase da mundialização que se estende até aos dias de hoje. Uma fase que assume certa especificidade. *É a essa fase que designamos por globalização.*

Só depois de caracterizarmos esta fase é que podemos periodizá-la. A datação do início não é uma hipótese de partida, mas uma constatação no fim do processo de investigação. A caracterização ficará para o ponto seguinte, mas desde já podemos avançar – para nos entendermos sobre estas questões terminológicas – que o seu início se verifica no anos 80 do século passado. Parece-nos que essa referência (sem a possibilidade de precisar com exactidão a data de nascimento para periodicamente abrimos um bolo – alguns – ou chorarmos o advento – muitos), é consistente com dois aspectos particularmente relevantes dessa data: o advento da microinformática, a integração das diversas formas de informação e as redes de telecomunicações, por um lado, e o fim do socialismo na Europa e na URSS e



a tendência de hegemonização do capitalismo à escala mundial. Dois fenómenos de natureza diferente, mas que podem estar intimamente associados.

Esta diferença entre mundialização e globalização é vantajosa? Pensamos que sim. Em primeiro lugar porque precisa o objecto de estudo. Em segundo lugar porque diferencia claramente dinâmicas seculares, predominantemente determinadas pela evolução da tecnologia, das forças produtivas, e dinâmicas de décadas, predominantemente determinadas pelas relações económico-socio-políticas, pelas *relações de produção*. Em terceiro lugar porque podemos dizer categoricamente que *a mundialização é inevitável e a globalização não é inevitável*. Não o é na sua existência e nas formas que assume. E esta não condenação à globalização liberta energia social, vontade política, lucidez intelectual.

É nestes termos que falaremos em globalização, um dos pólos desta comunicação.

3. Primeira noção de desenvolvimento

Quanto ao desenvolvimento, e ao subdesenvolvimento, trataremos mais tarde. Apenas chamamos a atenção que, podendo essa terminologia ser utilizado em referência a múltiplas realidades⁷, nós concentrar-nos-emos na sua aplicação à realidade económico-social. Se pretendêssemos muito sinteticamente expressar em poucas palavras o que nós pretendemos designar por desenvolvimento poderíamos expressar da seguinte forma: *“evolução da acessibilidade de todos os cidadãos aos «frutos» da nossa civilização”*. Evolução que é tipificável pelas *características “internas” de cada uma das sociedades* e não essencialmente pela comparabilidade entre sociedades. Evolução do Homem e para o Homem, que assume sempre uma dimensão regional e local.

Desenvolvimento que pode ser adjectivado de

humano, integrado, sustentados, etc. mais pelo tipo de abordagem que se lhe faz do que como realidade em si⁸.

4. Aplicação a África

Finalmente, uma precaução, embora a força da evidência quase a dispensaria: pretendemos mais reflectir sobre um conjunto de aspectos do mundo e de África de hoje do que apresentar soluções, as quais não estão disponíveis exclusivamente através da investigação científica.

Esperamos poder contribuir para uma leitura mais atenta destas realidades e, dessa forma, ajudar à procura de algumas modestas pistas de alteração da situação. Não mais do que isso. Os novos rumos são colectivamente procurados e construídos, frequentemente em processos humanamente dolorosos.



Globalização, Realidades e Mitos

Esclarecimentos iniciais

5. Perigos das evidências

A tradição neopositivista das ciências da realidade humana, nomeadamente da Economia, apregoa a objectividade das análises, a inexistência de qualquer interferência das ideologias, o pragmatismo das políticas. Contudo a prática de leitura da sociedade é frequentemente bastante diferente dessa. É como se se estivesse perante um sistema de contra-informação em pleno combate. Frequentemente o que acontece é exactamente o contrário do que se anuncia.

Quando estamos a tratar cientificamente a globalização encontramos-nos no centro dessa batalha ideológica. Estamos a fazer equilíbrio numa multiplicidade de fronteiras: da realidade com o mito, da ciência com a política, da transparência com a conspiração, para apenas citar algumas. Estamos na fronteira de múltiplas terminologias, numa época em que há mais preocupação com o “politicamente correcto” – aliás, se tiverem cautela ainda podem chegar ao poder e usufruir dos seus transitórios, mas chorudos, frutos – do que com o rigor dos conceitos. Por isso considerámos, quando escrevemos o livro sobre a globalização referido, que antes de entrar na caracterização da globalização seria conveniente fazer alguma crítica das situações e dos conceitos. Continuamos hoje convictos desta necessidade, depois de ter experimentado em tantos colóquios e cursos a dificuldade da comunicação pelo facto, para além de outros, dos destinatários estarem a lidar com pressupostos diferentes do transmissor, terem latentes algumas

dúvidas de base. Certamente que ficarão sempre situações por esclarecer, mesmo ao nível dos conceitos iniciais, mas certamente serão menos se procedermos a esta varredura inicial e se insistirmos até à saciedade que estamos a falar de mundialização e globalização a partir das noções atrás referidas.

6. Fase do capitalismo

É sempre com algum espanto que constatamos a surpresa revelada por muitos interlocutores com formação económica quando ouvem falar em modos de produção. O termo “capitalismo” aparece-lhes como um ruído nos seus ouvidos, habituados a apenas ouvirem falar em “mercado”, em “eficiência”, em “competitividade”, em “custo e benefício”. O conceito de propriedade é irrelevante porque *a priori* já julgam saber que as empresas é que estão “vocacionadas” para gerirem e promoverem o bem privado, logo público, e não o Estado. Porque *a priori* não estabelecem relações entre propriedade, repartição do rendimento (esta é essencialmente analisada em termos de produtividade) e poder político (até porque “por definição” o Estado está a mais). E por isso mesmo é importante recordar que *a globalização é capitalismo* – e frequentemente um capitalismo com uma forma de actuação brutal, ou não estivesse o capital novamente senhor do mundo, sem a necessidade de compromissos que a existência do socialismo lhe impunha. A globalização é uma fase do imperialismo⁹, empolando algumas das suas características e continuando outras como sempre. É também importante reconhecer que a globalização processa-se no quadro de algumas especificidades: a interligação



entre os mercados aumentou, modificou-se o próprio significado do conceito de mercado, os sectores estratégicos da acumulação capitalista são diferentes, os «monopólios» têm constituição, formas de organização e funcionamento adaptadas às tecnologias e mercados actuais, as bases nacionais ampliam-se em comunidades económicas, as «exportações» de capitais têm uma dimensão geográfica menos precisa, outros aspectos do funcionamento da economia, como a informação e o conhecimento, assumem outra importância. Depois de uma fase em que a sua força política e económica foi fortemente condicionada pela existência do socialismo e pela luta de libertação nacional dos povos sujeitos ao colonialismo e ao neocolonialismo, hoje assume uma posição quase hegemónica. O imperialismo na fase da globalização tem uma posição ofensiva e a sua ideologia, o liberalismo, ou o neoliberalismo¹⁰, é um instrumento activo de reprodução do sistema.

7. Sobre o conceito de «mercado»

Analisar a globalização é analisar os “mercados”. Estamos numa economia de mercado (o que significará verdadeiramente isto?) em que este não é apenas um “espaço social” de conciliação de vontades diferentes, mas uma “entidade reguladora”, um “ser onnipresente e onnisciente”. “Mercado” é uma palavra que é aplicável a todas as situações, mesmo quando não faz sentido utilizá-la. Por isso consideramos importante distinguir quatro significados diferentes: mercado enquanto realidade social; mercado enquanto modelo interpretativo, mercado enquanto símbolo, mercado enquanto argumento.

Mercado é uma realidade social. É-o como espaço perfeitamente localizado onde um conjunto de (potenciais) vendedores e (potenciais) compradores estabelecem um conjunto de relações entre si e por seu intermédio se re-

lacionam muitos outros intervenientes nos processos de produção, distribuição, circulação e consumo¹¹. É-o, a um maior nível de abstracção, enquanto totalidade dessas relações num espaço geograficamente impreciso que engloba ao mesmo tempo a totalidade dos espaços concretos anteriormente referidos. O mercado tem uma estrutura que é historicamente determinada pela *divisão social do trabalho* e, conjunturalmente, pela forma que esta assume, pela correlação de forças económica e política, pelo enquadramento jurídico, pela informação. É um espaço de cidadãos e instituições, etiquetados de “agentes”, com usos e costumes, inseridos num contexto mais vasto. O mercado é uma realidade complexa, muito provavelmente sensível a variações infinitesimais de alguns dos factores intervenientes¹² e com interacções múltiplas. A sua existência é anterior ao capitalismo e muito provavelmente também sobreviverá ao fim deste, sendo essencialmente uma relação entre os homens através de instituições. O próprio *mercado é uma instituição*.

O mercado enquanto modelo interpretativo é sempre uma simplificação daquele. E ainda bem que o é porque as limitações das nossas capacidades cognitivas, a forma de fazermos ciência, a possibilidade de interpretar a realidade e fazer previsões o exigem. Contudo, temos de ter consciência que estamos perante uma simplificação, pelo que não podemos transpor para a realidade concreta as dinâmicas do modelo, pelo que a transposição deste para aquela exige sempre uma localização no tempo e no espaço. É positivo termos modelos, de preferência suficientemente gerais e abrangentes, mas desde que não sejam excessivamente redutores. O que é profundamente negativo, e ideológico, é apresentarmos a realidade como uma imagem do modelo (por exemplo, fazer uma política económica admitindo que há simetria de informação¹³ ou que esta é rever-



sível¹⁴, que os homens “desapareceram” por detrás da oferta, da procura e do equilíbrio), a tal ponto que as diferenças entre a realidade e o modelo resultam de “erros da realidade”: por isso há que impor politicamente as transformações na realidade de forma a esta funcionar de acordo com o modelo¹⁵.

O *mercado enquanto símbolo* é, frequentemente, um prolongamento destas últimas leituras distorcidas. Distorcidas ora por uma vontade expressa de alguns “servirem o dono” ora porque um ensino universitário em “torre de marfim”, o silêncio dos gabinetes e o afastamento da realidade, uma fraca reflexão crítica e muito pouca imaginação, uma “vacinação contra os valores” e uma insensibilidade ao social fazem com que desconheçam tudo para além dos modelos. O próprio modelo é construído sob o mito da racionalidade olímpica¹⁶, sob o comportamento maximizador. Por tudo isto se torna num símbolo: «o mercado tem sempre razão». Por isso mesmo é que quem assim argumenta não a tem.

Finalmente o *mercado é um mero argumento*. Tanta vezes somos intoxicados pela utilização do termo mercado nos dois últimos sentidos aqui referidos que tendemos a “subjugar os nossos neurónios” ao “Deus mercado”, a admitirmos que se tantas vezes o afirmam, assim é.

É entre os dois primeiros sentidos que temos de trabalhar e é também por todos os aspectos anteriores que é importante conhecermos a realidade multifacetada e sermos confrontados com culturas diferentes. Não é por acaso que STIGLITZ refere a sua função de “professor universitário no Quénia (1969-71)” assim como as exercidas na “Casa Branca” ou no Banco Mundial, e acrescenta no prefácio:

Visitei dezenas de países em todo o mundo e troquei impressões com milhares de governantes, ministros das Finanças, governadores de bancos centrais, professores universitários, especialistas em questões de desenvolvimento, membros de organizações não-governamentais (ONGs), banqueiros, empresários, estudantes, activistas políticos e agricultores.

Visitei guerrilheiros islâmicos em Mindanao (a ilha das Filipinas que se encontra há muito em estado de rebelião), atravessei os Himalaias para visitar escolas distantes no Butão ou um projecto de rega numa aldeia do Nepal, vi o impacte de sistemas de crédito rural e de programas destinados a mobilizar as mulheres no Bangladesh e presenciei o impacte de programas para reduzir a pobreza em aldeias situadas nalgumas das regiões montanhosas mais pobres da China. Vi a História a fazer-se, e aprendi muito. (2004, 30/31)

As informações disponíveis permitem antever a realidade. Os estudos, os romances e as artes permitem ver. O terreno e as pessoas permitem conviver.

8. Tecnologia e globalização

Ainda antes de entrarmos na caracterização *diferencial* da globalização – isto é, não nos sendo possível estudarmos todos os aspectos do capitalismo dos últimos quarenta anos concentramos a nossa atenção no que é diferente durante esse período, considerando os indicadores que mais directamente expressam o relacionamento económico dos cidadãos – convém tecer algumas breves considerações em torno de cinco ideias sobre a mundialização e a globalização que, assim mesmo ou com algumas variações, estão subjacentes a muitas análises: (a) o progresso tecnológico impõe inevitavelmente a mundialização; (b) só há uma configuração possível da mundialização; (c) toda a sociedade se subordina à economia; (d) a economia autoregula-se e uniformiza-se através dos mercados livres; (e) a liberdade económica é (a) liberdade social.

A asserção (a) fica quase automaticamente esclarecida com a diferenciação entre mundialização e globalização¹⁷ e dispensamo-nos de aqui tecer argumentação adicional de concordância relativa (no muito longo prazo) ou de discordância (no médio e longo prazo). Também a discordância em relação à asserção (d) parece clara na sequência do que referimos a propósito dos mercados.

Resta-nos as outras três para comentar um pouco mais. A asserção (b), se aplicada à mundialização com o sentido que lhe atribuímos, já foi claramente desmentida pela história: ao longo das décadas, dos séculos e dos milénios as formas de organização social mudaram e diferentes formações sociais ou variantes do mesmo modo de produção coexistiram. Também em muitos outros sentidos desse termo – como, por exemplo, “supressão dos entraves ao comércio livre e uma maior integração das economias nacionais” (STIGLITZ, 2004, 23) – poderíamos chegar a conclusão similar. Mas certamente que para respeitar a posição dos seus autores temos que substituir “mundialização” por “globalização”. Feita essa substituição teremos que, por um lado, negar a validade dessa afirmação e por outro dar-lhes razão. Temos que ser contra porque mesmo no quadro do capitalismo – e não referimos uma qualquer alternativa a este porque nessa ocasião, muito provavelmente, já teríamos saído da globalização – há diferentes formas de organização social, há diferentes comportamentos económicos e sociais: o capitalismo dos EUA e do Reino Unido¹⁸, o capitalismo japonês, o capitalismo escandinavo, o capitalismo francês ou germânico, a actuação capitalista indiana ou chinesa têm características diferentes em muitos aspectos. Qualquer um deles seria perfeitamente compatível com a referida evolução tecnológica. Não há uma possibilidade única ou um modelo futuro único. Contudo há que reconhecer que a adopção de um ou outro modelo de funcionamento do capitalismo depende da correlação de forças à escala mundial e que nesse aspecto só o modelo americano tinha, no período inicial da globalização, capacidade para se impor. Uma capacidade para se impor e para tender a “uniformizar” a economia e a sociedade à sua imagem. Referindo Boyer, “não é exagerado falar de uma segunda americanização do mundo” (in PIMENTA, 2004). E

também por isso não temos qualquer dúvida em concluir que na luta intracapitalista *a globalização é a vitória do modelo regional americano*, também ele em transformação.

Uma vitória do capitalismo americano que permite a este país fazer exactamente o contrário do que propõe para os outros. Alguns exemplos:

- Estima-se que antes do início da guerra do Iraque a dívida externa americana tivesse ultrapassado US\$ 2,6 trilhões, isto é, 25% do PIB. A manutenção das frentes militares no Afeganistão e no Iraque agravaram certamente esta situação. Quantos Programas de Ajustamento Estrutural já teriam sido impostos pelo FMI se essa situação fosse num país de África?
- “Os E.U. aumentaram os subsídios agrícolas para novos máximos. Os subsídios agrícolas eram criticados por serem um desperdício de dinheiro (...) Mas a essas queixas juntou-se outra ainda mais convincente: ao aumentar a oferta de produtos subsidiados, os ganhos das empresas agrícolas ricas da América são em grande medida à custa dos mais pobres dos pobres de todo o mundo. Por exemplo, os subsídios para 25.000 produtores americanos de algodão excedem o valor do que eles produzem e, por isso, deprimem os preços do algodão de modo que se calcula que só os milhões de produtores de algodão de África percam mais de 350 milhões de dólares por ano. Relativamente a vários dos países mais pobres de África, as perdas só desta cultura excedem o orçamento de ajuda externa da América a esses países” (STIGLITZ, 2004, 313/4)
- Como refere o mesmo autor, os preços do aço vendido pela Moldávia é manifestamente mais baixos que os dos EUA. Então este país resolveu instaurar direitos aduaneiros superiores a 350 por cento. E ob-



viamente acrescenta “Se sempre que estas economias que vivem com dificuldades encontram um nicho em que podem progredir, lhes caem em cima direitos proibitivos, o que é que elas não-de pensar das regras do jogo do mercado?” (314)

Acrescente-se, para terminar este ponto, que provavelmente estamos a viver um período de transição para novas hegemonias.

Quanto à asserção (c) a ideologia neoliberal bem se tem esforçado por a impor: uma catástrofe atmosférica é medida pelos milhões de dólares de prejuízo; os trabalhadores não são cidadãos com direitos e deveres, mas uma força produtiva da empresa, quiçá capital humano; a saúde pública reduz-se a euros contabilizáveis ou não conforme as disponibilidades orçamentais, etc.¹⁹ Há pois um esforço neoliberal para sua escrupulosa aplicação, mas enquanto Aristóteles, Kant ou Marx valem mais pelas suas ideias que pelo número de livros vendidos; enquanto não se reduzir os nocturnos de Chopin a metade do tamanho para poupar espaço no disco; enquanto Van Gogh despertar sentimentos pela sua estética e não ficar reduzido aos metros quadrados de tela utilizada ou ao valor comercial dos seus quadros; enquanto não fizermos sexo exclusivamente a pensar nos custos e proveitos do acto; enquanto considerarmos que “o mais velho” é essencialmente conhecimentos e sabedoria (“uma biblioteca viva”) e não um fardo económico para a sociedade; enquanto estas e muitas outras situações se verificarem, ainda podemos ter alguma esperança de que não perdemos a batalha do futuro.

Porque estas considerações já estão bem mais longas do que inicialmente prevíamos e porque a asserção (e) é uma consequência das outras, ficamos por aqui nestes comentários, passando de imediato para a caracterização da globalização.

Caracterização da globalização

9. Análise económica diferencial

O que diferencia a mundialização desde os anos 80 do século passado até aos dias de hoje? O que é que a torna de tal modo específica que a podemos considerar como um período histórico autónomo, que designamos por globalização?

Esta é a pergunta a que gostaríamos de responder, mas é demasiado abrangente para o podermos fazer. *Todos os actos sociais fazem parte, com maior ou menor autonomia, dessa dinâmica global de organização capitalista.* O nosso campo de observação seria imenso, mesmo assumindo uma análise diferencial: da ecologia à saúde, da demografia à arte, da criminalidade às práticas culturais, de tudo a tudo.

Embora sabendo da perda de informação da nossa análise, limitar-nos-emos, como dissemos, às *vertentes económicas*.

10. Primeiros elementos caracterizadores

Esta fase do imperialismo é essencialmente caracterizada pelo reforço da ideologia neoliberal, pelo aumento do capital fictício até níveis nunca anteriormente atingidos, num contexto de articulação e mundialização acelerada dos seus mercados e pela adopção de políticas económicas que reforçam o papel das multinacionais, empresarizam a economia mundial e dificultam a resistência dos povos. Estes são os aspectos essenciais da globalização.

Vejamos a situação um pouco mais em pormenor.

A liberdade comercial é um dos grandes lemas da liberalização. Por isso mesmo seria de esperar que existisse uma mudança qualitativa na quantidade e qualidade das *exportações e importações*. Contudo tal não acontece. Sem dúvida que há uma tendência estrutural para o



aumento da importância relativa do comércio externo dos países, mas esse é um fenómeno típico da mundialização, não especificamente da globalização. Não se regista na década de 80, nem na anterior ou seguinte, mudanças quantitativas ou qualitativas que nos permitam concluir que a globalização trouxe algo de novo nesta matéria. Também se mantêm as posições relativas de quem é beneficiado e de quem é prejudicado com esta liberdade comercial. Nos países de alto rendimento alternam-se os anos em que as exportações são maiores que as importações com os em que acontece a situação inversa, mas há uma tendência para as exportações de bens e serviços atingirem valores mais elevados. Situação exactamente inversa acontece nos países de menor rendimento, em que se verifica um quase sistemático défice da balança comercial.

Quanto aos *investimentos directos estrangeiros* verifica-se, no período em análise, um aumento à escala mundial, embora também aqui se verifique uma concentração nos países mais desenvolvidos – correspondendo, obviamente, uma posição estrutural e conjunturalmente mais desfavorável aos países de mais baixo rendimento. Contudo há importantes modificações qualitativas nas formas como este investimento directo estrangeiro é feito: a intensificação do parceria e das relações entre empresas a nível internacional, a generalização das fusões-aquisições, eis algumas delas. Simultaneamente as *empresas multinacionais* continuam a reforçar a sua importância à escala mundial – não chega a três dezenas os países que conseguem ter produtos superiores aos das maiores empresas à escala mundial²⁰, muitas delas multinacionais – e mudam a sua estratégia política: precisam cada vez menos de influenciar as políticas dos Estados, comportando-se acima deles, na base da liberdade económica internacional e das múltiplas alternativas de localização²¹ que têm.

Os *movimentos migratórios*, que são na quase totalidade movimentos de mão-de-obra, são mais sensíveis às conjunturas que a qualquer dinâmica estrutural de longo prazo. Contudo as conjunturas são quase sistematicamente desfavoráveis e dramaticamente construtoras de pobreza, em vastas regiões do mundo e essa situação é em grande medida obra da globalização. Também é de admitir que esta intensifique as integrações económicas, as quais conduzem sempre a uma intensificação das migrações no espaço integrado. Se estes aspectos das migrações apresentam algumas relações com a globalização, o aspecto provavelmente mais evidente neste período é a intensificação dos movimentos ilegais de mão-de-obra, o retorno em grande escala da escravatura²².

Contudo, como começámos por dizer, é na importância crescente dos *mercados financeiros*, na estreita interligação entre esses mercados, na grande diversidade de títulos e operações, nomeadamente sobre futuros, que está o aspecto principal da globalização, desta fase da mundialização, do capitalismo imperialista.

Pela lucidez da imagem gostamos de referir o que GIDDENS afirma sobre o assunto:

Para a maioria das pessoas um milhão de dólares é muito dinheiro. Medido em montes de notas de 100 dólares, atinge a altura de vinte centímetros. Um bilião de dólares ou, por outras palavras, um milhar de milhões, ultrapassa em altura a catedral de S. Paulo, em Londres. Um trilião de dólares um milhão de milhões ultrapassaria os 193 quilómetros de altura, ou seja, mais de vinte vezes a altitude medida no cimo do monte Everest. Mas, actualmente, os mercados financeiros globais movimentam mais de um trilião de dólares por dia. É um aumento maciço em relação a 1980, sem falarmos de anos mais distantes (2000, 21/2).

E desde que estas linhas foram escritas ainda aumentou mais o volume das transacções. Em muitos países da OCDE os activos financeiros geridos pelos investidores institucionais são mais elevados que o produto interno bruto desses países e crescem a taxas muitíssimo



superiores ao produto. O valor médio das transacções diárias nos mercados mundiais é cerca de duas vezes o produto interno bruto mundial anual.

A história da globalização é a história desta financiarização, em que grande parte das operações são de capital fictício, isto é, de compras e vendas de títulos sem qualquer tipo de ligação, directa ou indirecta, aos processos produtivos.

Ora esta importância absoluta e relativa dos mercados financeiros, o peso do capital fictício, o seu crescimento a ritmos muito superiores ao do produto dos países fazem com que os mercados financeiros funcionem como um sorvedouro de recursos monetários provenientes de todos os sectores da actividade económica, pelo que podem funcionar como um obstaculizador ao próprio crescimento mundial do valor acrescentado.

Em reforço desta constatação temos a *natureza improdutiva dessas actividades financeiras*.

11. Actividades improdutivas e redistribuição

As actividades financeiras são actividades económicas. Se são um elemento caracterizador da globalização é porque são úteis e indispensáveis no processo de reprodução do sistema económico actualmente existente. Qualquer apreciação social, política ou ética sobre os mercados financeiros, sobre o capital fictício, sobre a desigual repartição dos benefícios destas actividades, ou sobre qualquer outro aspecto, não invalida em nada estas considerações.

Contudo, ser uma actividade económica e ser útil não significa que seja produtiva, isto é, que crie valor acrescentado, que crie valor novo. Há actividades económicas que produzem valor. Há actividades económicas que utilizam valor (rendimentos) para processos de troca de bens. Há actividades económicas que repartem va-

lores (rendimentos) entre os cidadãos, seja em resultado da propriedade de cada um, seja em resultado das funções exercidas, seja em resultado de políticas económicas redistributivas, seja em resultado de um acto de caridade ou de outro tipo de vontade de qualquer possuidor de rendimento. Há actividades de utilização dos bens adquiridos no consumo pessoal ou produtivo (ex. utilização de equipamentos, utilização de energia, utilização de matérias-primas).

As actividades financeiras caracterizadoras da globalização não são produtivas. Isso significa que utilizam riqueza (stock) ou valor acrescentado (fluxo) criado em sectores produtivos. Mesmo atendendo à grande velocidade de circulação das transacções nos mercados financeiros, a muitas serem realizadas com base em "crédito", a dimensão das transacções financeiras mostra a importância de captação de recursos provenientes de outros sectores de actividade. As crises financeiras e a rapidez com que essas situações de "ruptura da circularidade do crédito" foram ultrapassadas mostram não só que existem importantes fontes de fornecimento de valor acrescentado como há "reservas" a que se pode recorrer quando necessário.

«Onde e como se cria valor para alimentar a rentabilidade dos mercados financeiros?». «Como se processa a transferência?» Eis as perguntas cruciais. Poderemos dizer que há processos tradicionais e processos modernos.

Entre os primeiros está, em primeiro lugar, a utilização do valor acrescentado criado nos sectores produtivos, a utilização do valor acrescentado, sobretudo da mais-valia, resultante do trabalho, *resultante do capital variável*. Está, em segundo lugar, a *transferência de recursos das economias subdesenvolvidas*. Entre os segundos está a *mais-valia extra resultante de uma gestão empresarial à escala mundial, a posse privada dos sectores rentáveis da segurança social*, e ainda todas as vantagens fiscais (compensadas por



desvantagens para outros) e apoios às grandes empresas.

Dispensamo-nos de referir as formas de criação de mais-valia porque são sobejamente conhecidas, mas esta tem hoje formas novas: (a) O desenvolvimento tecnológico, nomeadamente na informática e comunicações, conduziu à desqualificação de muitos sectores profissionais, passando para níveis próximos do trabalho simples ou tornando-os inadaptáveis às novas condições de trabalho. (b) Essas inovações tecnológicas, directamente ou através da velocidade de circulação da informação e dos valores, criaram condições para um aumento da intensidade de trabalho, reduzindo, em alguns casos drasticamente, a porosidade do trabalho, os «tempos mortos». (c) O aumento da produtividade por hora (cronológica) de trabalho permite reduzir o valor das mercadorias constitutivas do valor da força de trabalho. (d) Os elevados níveis de desemprego, a grande rotatividade dos trabalhadores nos postos de trabalho, para o que também contribuem alguns dos aspectos anteriormente referidos, fazem com que haja condições para uma maior «disciplina laboral», para a aceitação pelos trabalhadores de condições que estão longe da dignificação da pessoa humana. As maiores taxas de desemprego conduzem a menores taxas de variação salarial em termos de poder aquisitivo. (e) O enfraquecimento da luta revolucionária dos trabalhadores e dos povos em resultado do desaparecimento dos países socialistas europeus e do crescimento da influência do capital, a crise político-ideológica das utopias e das forças de transformação progressista da sociedade, reforçaram a tendência anterior de aceitação generalizada de condições de trabalho infrahumanas em muitos sectores. (f) A gestão internacional das empresas e da força de trabalho permite um espaço geográfico-social de manifestação da concorrência entre trabalhadores mais favorá-

vel ao capital, que também procura aproveitar os enquadramentos mais vantajosos quanto aos encargos sociais e quanto ao rácio «salários-baixos/mão-de-obra-qualificada.» (g) A utilização de circuitos clandestinos de mobilização de mão-de-obra conducentes à formação de um «novo proletariado» desprotegido – a todos os níveis: social, ideológico, linguístico, cultural, político e legal – e «disponível» para aceitar todas as imposições do capital.

Quanto ao segundo aspecto, transferência das economias subdesenvolvidas, acabaremos por tratar mais pormenorizadamente nos pontos seguintes. Mas convirá desde já referir que aos procedimentos tradicionais (típicas do colonialismo, da dependência e do dualismo e desarticulação dessas economias subdesenvolvidas), há que acrescentar alguns processos típicos da mundialização actual: (a) A ampliação geográfico-social da influência do grande capital, liberto da concorrência «socialista», apoiado pela criação de uma opinião pública favorável, nomeadamente nas camadas tecnocráticas politicamente influentes, recorrendo à imposição de modelos importados das grandes agências internacionais. (b) O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional aumentaram a sua influência porque passaram a englobar países que até então estavam afastados dessas organizações, porque mudanças de comportamento nos processos de financiamento reforçaram a sua capacidade de intervenção, porque tiveram condições para impor por todo o lado a suas políticas sistematicamente “desajustadas”²³. (c) Reforçou-se o papel das empresas internacionais em muitas economias subdesenvolvidas, criaram-se ou ampliaram-se os mercados financeiros em muitas dessas economias. (d) Reforçaram-se as tendências do «comércio livre» de que a Organização Mundial do Comércio é um dos grandes baluartes.

Sobre os processos modernos de apropria-



ção de recursos para os mercados financeiros apenas a chamada de atenção para a grande importância da adopção de um sistema de reformas assente na capitalização e na gestão privada: permite uma elevada acumulação de recursos monetários provenientes da generalidade dos cidadãos, durante muitos anos imobilizados e de directa e fácil utilização nas bolsas. Apenas algum controlo estatal e legislação de limitação do risco das aplicações financeiras são obstáculo.

12. Economia não-registada e redistribuição

É nossa convicção, contudo, que estas fontes de obtenção de rendimento para os mercados financeiros não são suficientes para sustentar os actuais volumes de transacções financeiras, o seu crescimento e a rápida recuperação perante situações de crise. Há uma outra fonte: *a economia não registada*, na terminologia tecnocrata da OCDE, ou economia subterrânea, como preferimos designar. Uma parte será o resultado de uma fuga ao fisco, outra parte assumir-se-á como actividade informal (cujos contornos são difíceis de estabelecer) e uma outra como actividades ilegais.

É certo que “não existem estatísticas” para medir directamente esta realidade mas existem modelos, técnicas econométricas e procedimentos que permitem estimar com bastante rigor a sua existência e os montantes que atinge²⁴. Todas essas informações confirmam uma sua intensificação a partir da década de 80 do século passado e hoje atinge aproximadamente 25% do PIB mundial. Por outras palavras, o produto anual mundial é 1,25 vezes o oficialmente anunciado, encontrando-nos todos nós “rodeados de economia subterrânea por todos os lados”. Não é uma excrescência do sistema, uma sua parte marginal, mas situação integrante de todo o tecido económico, a que ninguém está totalmente alheio. 25% em mé-

dia, que oscila entre 5% e 70%, para utilizar números redondos, conforme os países, variando também a importância relativa das suas diversas componentes.

Acrescente-se em relação à economia subterrânea que: (a) muitas actividades aí englobadas são produtivas; (b) o facto de o dinheiro assumir-se como símbolo de poder e de felicidade, fim último da vida em camadas crescentes da população, enfraquece os comportamentos morais e cria condições favoráveis para a expansão desse tipo de economia; (c) a liberdade de circulação de capitais, a fraca intervenção do Estado, a fluidez dos mercados e o anonimato são suportes fundamentais para o «branqueamento de capitais», mais precisamente para a passagem do capital-dinheiro das actividades ilegais para as legais e destas para aquelas.

Os territórios *off-shore*, frequentemente conhecidos por paraísos fiscais, locais de bastante anonimato das operações financeiras, territórios situados nos “grandes países bem comportados”²⁵, são estruturas particularmente apropriadas para todos estes processos de utilização dos recursos da economia subterrânea nos mercados financeiros. *A existência e reforço da economia subterrânea são peças fundamentais na existência e reprodução da globalização.*

13. Agravamento das desigualdades

Em resultado de todos os aspectos anteriormente referidos podemos afirmar que esta mundialização atinge todas as vertentes da sociedade, mas manifesta-se de forma desigual conforme os momentos e os locais, ora *integrando a acumulação capitalista mundial ora desarticulando as sociedades integradas/marginalizadas. O mercado de trabalho continua a ser um mercado fragmentado e segmentado. As desigualdades sociais aumentam.*

As estatísticas comprovam inequivocamente que a partir de 1983 há um agravamento



das desigualdades entre os diversos países do mundo. É certo que mesmo nos países de mais baixo rendimento há um ligeiro aumento do rendimento *per capita*, mas que não anula, antes pelo contrário, a situação anteriormente referida. É certo que os recentes aumentos dos preços das matérias-primas pode criar condições mais favoráveis conjunturalmente, que o maior protagonismo da China pode alterar os dados do problema, mas é ridícula a posição que o FMI assume cantando hossanas a um ano de melhoria e esquecendo as causas de quarenta anos de atrasos resultantes tanto do “processo espontâneo” da globalização como das políticas por eles preconizadas e subserivelmente seguidas pelos governos dos diversos países²⁶.

Como salienta Samir AMIN a tendência estrutural é de agravamento das desigualdades:

A lei do valor mundializada acarreta uma maior polarização, dados os “cinco monopólios” que definem a nova hierarquia capitalista (o controlo das tecnologias, dos sistemas financeiros, do acesso aos recursos naturais, das comunicações e os meios de comunicação de massa, e dos armamentos de destruição maciça) (2000, 246/7).

E é a isso que temos assistido durante a globalização. Dois ou três anos de taxas de crescimento mais favoráveis, em termos absolutos ou relativos, não negam essa situação, nem infelizmente explicitam uma inversão da situação. As regiões periféricas são integradas nos processos específicos da globalização ou afastadas deles conforme os interesses do grande capital internacional.

Não há informações estatísticas suficientes para se concluir sobre a evolução das desigualdades na repartição do rendimento entre cidadãos de um mesmo país ou, ainda menos, à escala mundial. Apesar desta precaução e da situação ser certamente diferente de região para região, de país para país, existem muitos indícios que apontam também para um agravamento das desigualdades desse tipo.

Além destas tendências de evolução há alguns dados absolutos que convém referir:

- Segundo o PNUD em 2000 20% da população mundial possui 74% do rendimento mundial (não estamos a falar da riqueza, o que ainda agravaria mais a situação) enquanto 80% tem apenas os restantes 26%, e dentro destes os 20% mais pobres possuem apenas 2% do rendimento mundial.
- Ainda segundo a mesma fonte, “Os 500 indivíduos mais ricos do mundo têm um rendimento conjunto maior do que o rendimento das 416 milhões de pessoas mais pobres”.²⁷

Numa repartição por grandes regiões do mundo temos a situação representada na fig. 1.

A dimensão destas desigualdades é um flagelo da humanidade, como diz Mandela, comparável à escravatura e ao apartheid. E é importante recordar que a escravatura regressou à sociedade dos nossos dias. Tomando de perto COCKBURN (2003)

E é bom que se distinga da escravatura de há 200 anos, pois em 1850, citando um especialista nessas matérias, «o preço médio de um escravo elevava-se a cerca de 35.200 euros, em dinheiro actual», enquanto hoje um escravo custará cerca de 1000 euros. Hoje os mercadores de escravos recrutam em todo o mundo, onde a miséria campeia e os sonhos de uma vida melhor estonteiam percursos. As dívidas às máfias do recrutamento e transporte e uma segurança musculada por parte dos traficantes são os ingredientes que forçam à continuação da escravatura. As formas, os locais e os processos são diversos: mulheres e crianças, mas também adultos homens; provenientes da China, Índia, Rússia, Bulgária, Guatemala, Honduras, México ou qualquer outro país de qualquer um dos continentes, trabalhando no Brasil ou nos EUA, na UE, na Índia, em África, na Turquia ou em qualquer outro país, particularmente onde os níveis de rendimento, não para eles, são mais elevados. A utilização na prostituição é frequentemente referida, mas campeia em todas as actividades, da agricultura aos coiros, da indústria extractiva aos restaurantes, um pouco por todo o lado. Faz parte, sem nos apercebermos, do nosso quotidiano.

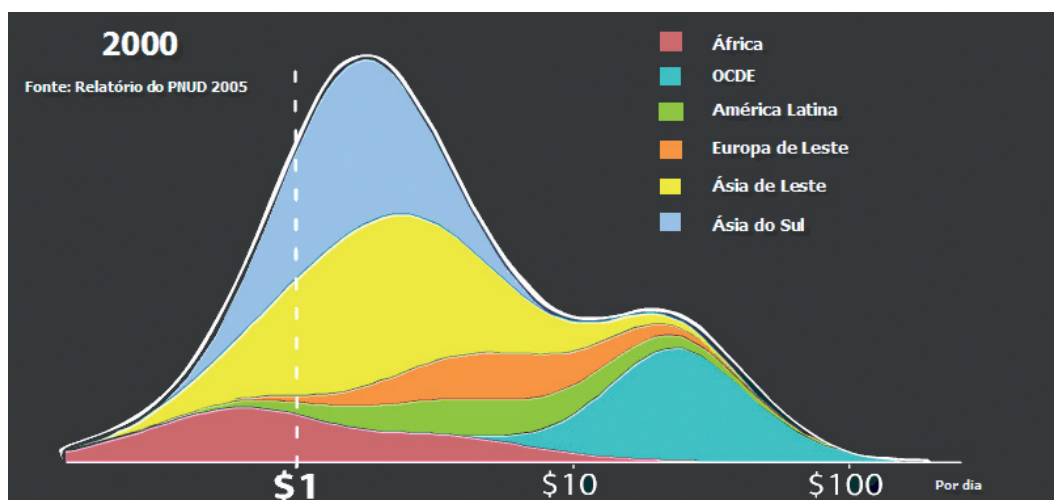


Fig. 1

14. Poder político sempre presente

A caracterização económico-social da globalização está contida nos pontos anteriores. Resta dizer alguma coisa sobre a intervenção política.

O símbolo de que globalização é essencialmente “liberdade” de funcionamento dos “mercados” e, consequentemente, é menos Estado, exige algumas palavras adicionais. É verdade que diversos aspectos anteriormente referidos, tanto da política interna dos países, nomeadamente dos EUA, como da política externa, são exemplos suficientes para desmitificar essa posição. Acrescente-se que as guerras promovidas pelos EUA são partes integrantes da globalização – o modelo americano exige, segundo alguns sectores, esse belicismo – e uma dramática decisão política. Pensamos, no entanto, poder ser útil uma abordagem um pouco mais sistemática.

No livro que escrevemos sobre a globalização salientávamos quatro formas de intervenção política que se revelavam importantes para a existência e reprodução da globalização. Procedendo a uma sua arrumação podemos sistematizar nos seguintes três pontos.

A desregulação social e a hegemonia dos «mercados» tem sido uma decisão política. Por outras palavras, sendo o Estado a organização polí-

tica da sociedade e sendo o mercado alguns aspectos de funcionamento dessa sociedade, a sua coexistência é tão inevitável como o é o do fantasma “homem económico” com o fantasma “homem político”. É certo que no “mercado” podemos englobar as grandes empresas, em muitos casos com mais poder económico que os Estados, mas abdicar da intervenção estatal, abdicar da força política ou utilizá-la para reduzir a sua intervenção são formas de intervenção política que reflectem quanto os Estados continuam ligados ao poder económico. São a sua superestrutura, dirão alguns. A globalização, isto é, todos quantos intervêm nos mercados financeiros, exige pouco défice estatal – os recursos monetários e creditícios disponíveis devem ser utilizados pelas empresas em benefício próprio e não “desperdiçados” a garantir o bem estar das populações –, desprotecção social – pela razão referida antes e porque enfraquece a capacidade de luta – e a reduzida fiscalidade – sobretudo para as empresas, sobretudo para as empresas mais directamente relacionadas com os mercados financeiros – mas a sua adopção é uma decisão política.

O Estado tem tido um papel importante em diversos países que são partes integrantes do sistema capitalista mundial e essas intervenções têm sido sempre



encaradas favoravelmente pelos ideólogos do neoliberalismo. Estamos a referir-nos, por exemplo, à Coreia do Sul, à Malásia, à Tailândia, à Indonésia. O fim da URSS e do “bloco socialista” também foi uma intervenção política. Muitas das decisões chinesas – as orientadas para o capitalismo – têm sido apoiadas e aproveitadas. Por isso falar em “Estado carecendo de emagrecimento”, em “inevitabilidade de menos Estado”, etc. é pura hipocrisia. Talvez por isto, talvez porque aumenta a consciência dos limites e perigos da globalização, talvez porque a própria manutenção da situação actual exija mais Estados actuando no sentido liberalizante, a fobia tecnocrática de diversas estruturas e ideólogos contra o Estado tem diminuído nos últimos tempos.

Em terceiro lugar, utilizando a terminologia de PARAIRE (1998) *a aldeia global tem um castelo, com três senhores feudais sanguinolentos*: o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Internacional do Comércio. É difícil estabelecer uma hierarquia de ânsia de poder, cegueira neoliberal, carnificina provocada, afastamento de um funcionamento democrático, mas talvez esta sequência de apresentação não esteja desajustada.

Todos os dias, milhares de acontecimentos em milhares de locais resultam da decisão política destas instituições, da sua imposição aos Estados, aos povos, aos cidadãos. E são estas estruturas burocráticas que fogem totalmente ao controlo dos países e dos povos, estruturadas à margem de qualquer funcionamento democrático, com um passado de “bandeira negra do fascismo”, que hoje propagandeiam, controlam e avaliam a boa governação²⁸. Nem como ironia do destino tal situação é minimamente aceitável. E se alguém ainda tem dúvidas sobre a bondade destas instituições, veja-se a crítica devastadora de STIGLITZ, com a sensatez do académico e a experiência do político, conhecedor profundo das formas de

funcionamento do Banco Mundial e do FMI, fustigando particularmente este último.

Acrescente-se ainda que os países dependentes de financiamento do Banco Mundial ou do FMI, os países com ajustamentos estruturais tendem a adoptar as posições do G7 na Assembleia Geral das Nações Unidas, como demonstra quantificadamente DREHER & STRUM (2006),

Se estes três aspectos são suficientes para concluir que a globalização não é menos política, menos Estado, mas antes uma outra forma de actuação política, deixando funcionar as “leis da selecção natural” dos mais capazes, parece-me importante também referir um outro aspecto que está directamente ligado ao tema que abordamos de seguida: a ajuda pública ao desenvolvimento.

Segundo a OCDE em 2004 o volume total de ajuda pública ao desenvolvimento dos países que constituem o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento foi de 78,6 mil milhões de dólares, 0,25 % do seu PNB. Não são esses montantes elevados, apesar de muito inferiores ao 0,7% preconizado pela ONU, uma forma de decisão política? Não o será igualmente a decisão sobre o seu destino, aplicações e contrapartidas? Independentemente de se discutir aqui o interesse dessa ajuda, não será uma forma de condicionar as decisões políticas dos estados destinatários?

Para além doutros aspectos, que referenciaremos no ponto seguinte, a resposta de DREHER, NUNNENKAMP, & THIELE é de que a ajuda ao desenvolvimento dos EUA é uma forma de comprar votos na Assembleia Geral das Nações Unidas. Juntando esta informação à que referimos anteriormente sobre os financiamentos do FMI e do Banco Mundial e, sabendo o controlo que aquele país tem sobre estas duas instituições, podemos dizer que à escala mundial os dados estão triplamente viciados!



África e Globalização

15. Agravamento da situação

De tudo o que dissemos anteriormente sobre a globalização imediatamente se conclui que a África está hoje numa posição relativa pior do que estava nos anos oitenta do século passado.

Grande parte das economias africanas, nomeadamente da África Subsaariana, são economias dualistas e desarticuladas essencialmente em resultado do tráfico de escravos, da colonização e da neocolonização. São periferia, muitos deles o que AMIN designa por periferia marginalizada.

Além disso África foi provavelmente o continente mais fustigado pelas imposições do FMI e do Banco Mundial, mais obrigado a adoptar programas de ajustamento estrutural. Quando é manifesto em África que se precisa de mais e melhor Estado, a ajuda ao desenvolvimento, as políticas preconizadas pelos organismos internacionais geraram menos Estado e Estados mais submissos, menos capazes de imporem uma política própria, menos disponíveis para definirem uma estratégia inovadora, democrática e popular à escala do continente. Só estas incapacidades justificam a aceitação generalizada dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento e a “manutenção da esperança” quando o falhanço inevitável espalha estilhaços por todo o lado.

Receio bem que não possa ser dito algo de diferente em relação ao NEPAD²⁹ apesar das belas declarações sobre o crescimento e o desenvolvimento. Basta ler os seus princípios para imediatamente estarmos mergulhados na terminologia, na ideologia, na lógica da globalização: “boa governação”, “encorajar a proprie-

dade”, “integração regional”, “competitivos”, “novo partenariado internacional”, “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio”, etc.

16. Alguns dados

Para analisar a evolução em termos absolutos e relativos utilizemos a última base de dados do Banco Mundial disponível³⁰. Constatando que antes de 1980 escasseiam os dados para muitos países tomemos os anos de 1980, 1990, 2000 e 2003, último ano para que há informação. Adoptemos como referência dois indicadores que têm a capacidade de reflectir uma multiplicidade de aspectos da sociedade: (I1) a esperança de vida à nascença para os dois sexos e (I2) o rendimento *per capita* expresso em paridade de poder de compra a dólares constantes. Analisemos estes indicadores para aquele conjunto de anos na África Subsaariana (AS) e nos Países de Rendimento Alto (PRA).

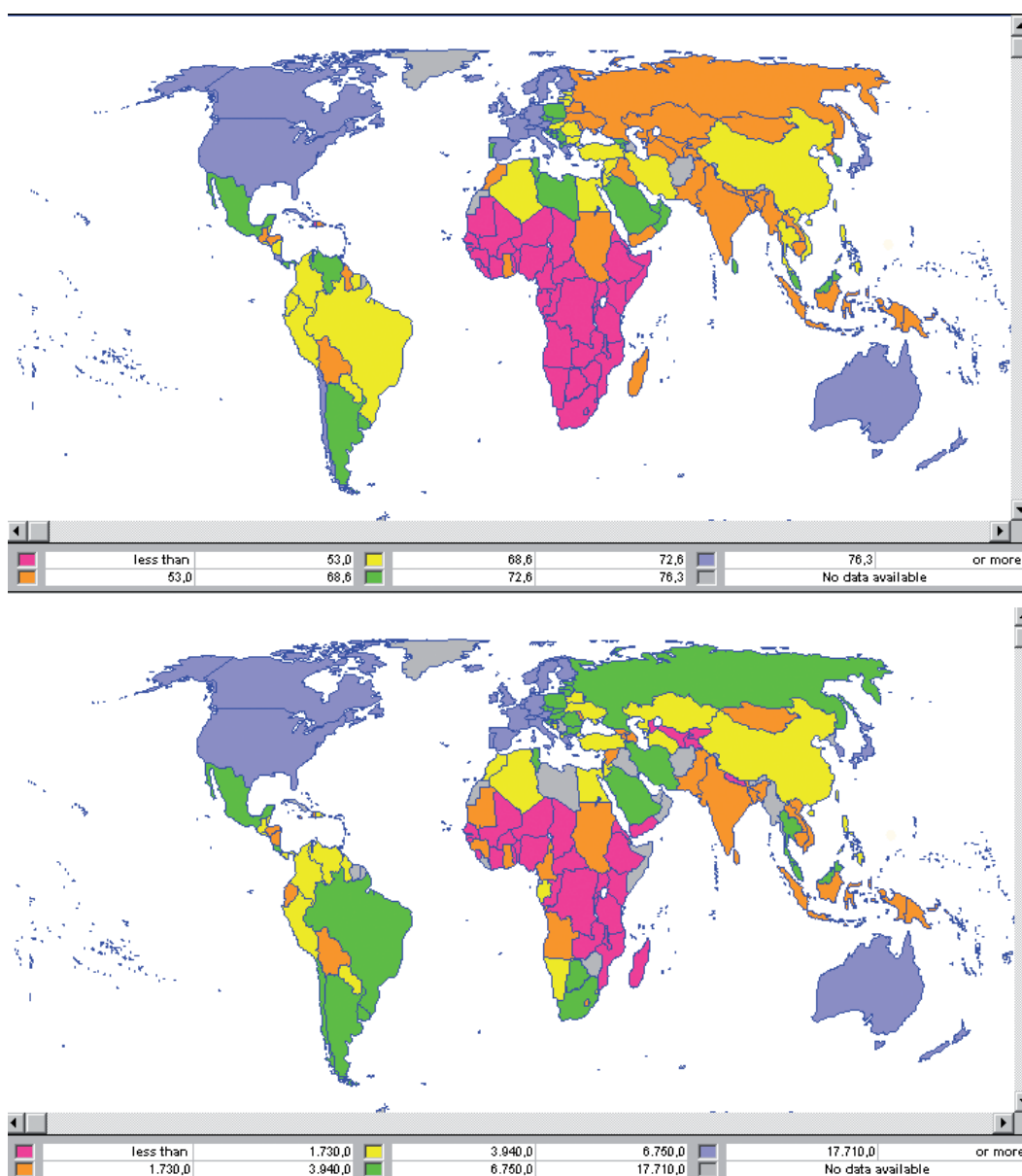
Os dados estão sintetizados no quadro seguinte

	1980	1990	2000	2003
	AS			
I1		50		46
I2	1806	1629	1556	1613
	PRA			
I1		76	78	78
I2	16539	20783	24730	25579

Em média um africano subsaariano vive 32 anos menos que um americano ou europeu e não poderá encarar com optimismo o que acontecerá com os seus filhos, embora haja uma tendência à escala mundial para a idade média de morte aumentar: essa tendência não só não se verifica em África como manifesta-se a tendência contrária. Entre 1990 e 2003 a

esperança de vida à nascença diminuiu 4 anos, isto é, 8%. Diminuiu apesar dos grandes avanços da medicina e de todas as outras ciências. Também os seus rendimentos médios são irrisórios e tendem ao longo dos anos a tornarem-se ainda mais irrisórios. Em 1980 o rendimento médio de um africano subsaariano era 11% do rendimento médio de um cidadão dos países mais ricos (1806 dólares per capita contra 16539, anulado o efeito do poder de compra diferente das diferentes moedas nos diversos pa-

íses) e em 2003 era 6%. Enquanto o rendimento *per capita* no país desenvolvido aumenta sistematicamente na África Subsaariana diminuiu entre 1980 e 1990, entre 1990 e 2000 e só entre 2000 e 2003 houve uma ligeira, muito ligeira inversão de tendência. Esta ligeira tendência de aumento, 1% anual, poderá servir para alguns se entusiasmarem com a recuperação mas nós preferimos manter-nos na análise de longo prazo e afirmar que tal alteração em tão pouco tempo nada indica de estrutural.



Figs. 2 e 3 representando respectivamente a Esperança de Vida à Nascença e o Rendimento per capita em PPC.

Numa comparação à escala mundial hoje também é África que apresenta a pior situação³¹, como se pode constatar pelas figs. 2 e 3, representando a Esperança de Vida à Nascimento e o Rendimento per capita em PPC.

Num caso e noutro as manchas da pior situação sobre o continente africano dispensam qualquer comentário adicional.

17. Economia não-registada

Em relação à economia subterrânea que, como vimos, é parte integrante da globalização, há dificuldade em calcular para todos os países e abrangendo todo o período da globalização, mas as estimações apontam para *elevados níveis de economia sombra*, como o autor do trabalho utilizado designa (SCHNEIDER, 2004) e para uma tendência de aumento. No gráfico da Fig. 4 comparam-se os anos 1999/2000 e 2002/2003, estando os países ordenados por ordem crescente no último período. Dos 37 países africanos considerados, para os quais

existe informação, o que tem menos economia subterrânea é a África do Sul, com 29,5% do PIB³² no último período e o que tem mais é o Zimbábue com 63,2%.

Provavelmente as metodologias utilizadas têm nestes países um maior enviesamento em relação à realidade que quando aplicadas aos países desenvolvidos³³, mas mesmo assim não deixam de dar uma ordem de grandeza e a situação em diversos países. Contudo desconhecemos trabalhos complementares que permitam outras informações.

18. «Desenvolvimento» contra as populações

Esta situação de África, assim como as análises produzidas a propósito da globalização mostram inequivocamente que esta agrava as diferenças entre os países e reforça a hipótese de que o mesmo aconteça entre os cidadãos à escala mundial.

Parece igualmente mostrar que o que se tem enten-

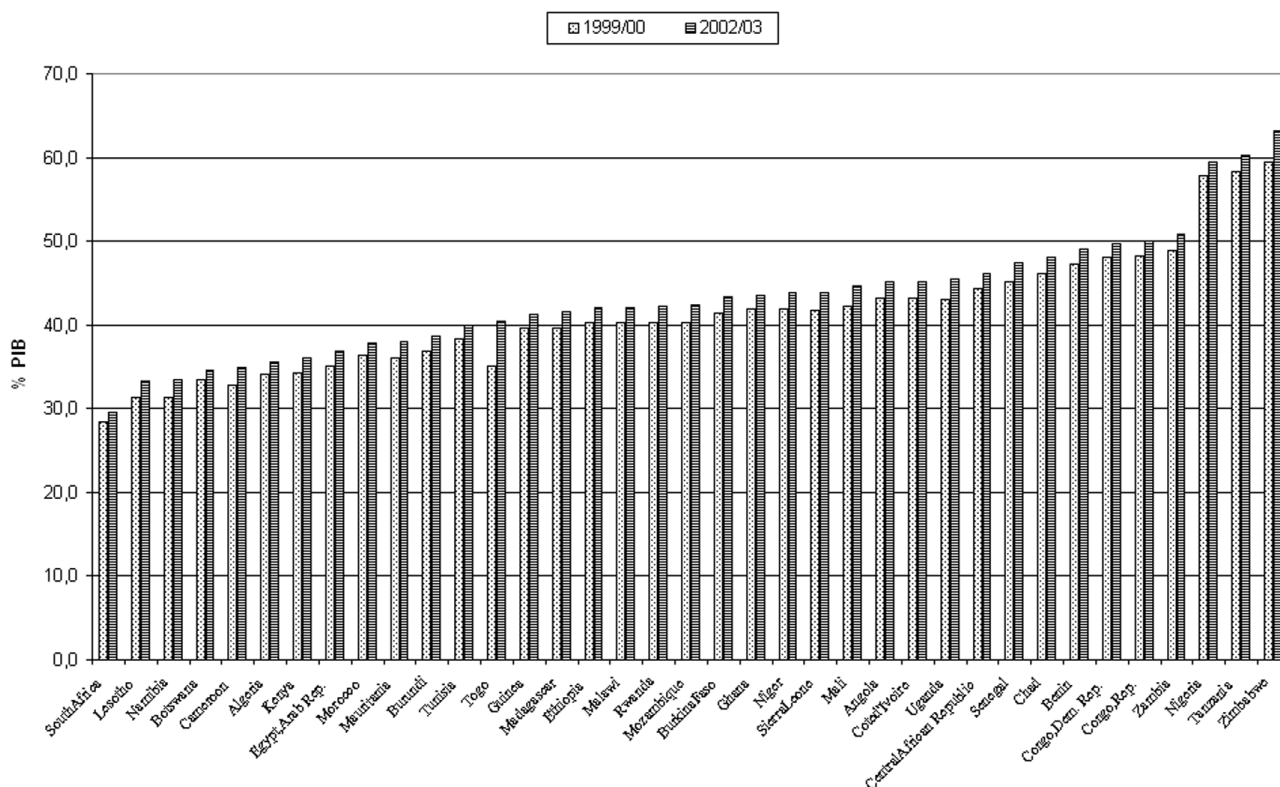


Fig. 4



dido por desenvolvimento, nomeadamente durante o período da globalização, é a negação do que o nome indica, pelo menos para o continente africano. É sobre esse aspecto que concentraremos a nossa atenção no capítulo seguinte.



Desenvolvimento, o Desafio Etnocêntrico

19. Bases do «desenvolvimento»

Quando tratamos das problemáticas do subdesenvolvimento e do desenvolvimento, utilizando esta terminologia ou outra, é necessário ter em conta três aspectos que reputamos de fundamentais:

- trata-se de um problema recente da história da humanidade
- subdesenvolvimento é uma característica própria de um país ou conjunto de países, e não a ausência de algo que exista nos países desenvolvidos
- a política de desenvolvimento foi configurada jurídico-institucionalmente como uma intervenção dos desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos.

Acrescentemos que numa aproximação de definição podemos identificar desenvolvimento como *um processo de aproximação à acessibilidade plena de todos os cidadãos aos bens correspondentes à actual evolução tecnológica e ao actual nível civilizacional*. Por outras palavras, olhando de outro prisma, é o processo de eliminação das barreiras económicas, sociais, políticas, informativas, culturais e geográficas que impedem o acesso aos referidos bens. Esse processo exigirá transformações de diversos tipos e a diversos níveis sociais – do individual ao local, do regional ao nacional, do supranacional ao mundial. Muitas dessas transformações são “racionalmente harmónicas” ou harmonizáveis – mesmo que política e socialmente conflituosas por porem em causa poderes e interesses constituídos –, outras eventualmente contraditórias – havendo que encontrar políticas, dentro do sistema, que desviem essas contradições ou políticas, fora do sistema, que

as resolvam. *Em nenhum caso é aceitável agravar as condições de vida das populações, particularmente dos mais desfavorecidos, em nome do desenvolvimento, presente ou futuro.*

Porque se trata de um processo complexo³⁴, com múltiplos elementos constitutivos com dinâmicas próprias, com interações entre si, podemos designar este desenvolvimento como integrado. Porque tem como referência o homem e são as condições de vida destes que norteiam os processos, é desenvolvimento humano. Porque, por definição, tem que garantir a sistemática reprodução e não hipotecar o futuro de nenhuma forma, é sustentável. Porque é tudo isso, e muito mais, é pura e simplesmente *desenvolvimento*.

Vejamos um pouco mais em pormenor aqueles três aspectos.

20. Criação social do subdesenvolvimento

Dispensar-me de fazer referência à história de África com a minúcia que eventualmente esta comunicação exigiria, porque não é a minha especialidade e tenho suficiente desconhecimento para não me atrever em tal terreno e porque admito que seja sobejamente conhecida dos leitores, apesar dela ter sido abafada pela hegemonia política da Europa e haver ainda muita reconstrução científica a fazer neste terreno.

Pegando antes nos trabalhos de reconstrução de séries económicas seculares, podemos facilmente concluir que as grandes diferenças de “desenvolvimento” entre países, e o aparecimento de uma tendência de agravamento, estão estreitamente associadas à Revolução



Industrial. Foi a força desta situação que levou Rosa Luxemburgo a desenvolver a tese de que a acumulação capitalista exigia um intercâmbio com formações sociais não-capitalistas. Hoje sabemos que não é assim, mas fica a importância da relação do centro com a periferia e da transferência de valor desta para aquela, a referência à lei do desenvolvimento capitalista desigual.

O subdesenvolvimento não é um fenómeno inevitável, “natural”, mas um produto do capitalismo, incluindo nesta designação genérica a acumulação primitiva. Um produto que não foi gerado pelas sociedades hoje subdesenvolvidas, mas imposto de fora – embora seja necessário analisar as cumplicidades de dentro, nos diversos momentos históricos – ora pelo escravagismo, ora pela colonização, ora pela imposição de certo tipo de relações de dominação económica, social ou política, ora pelo neocolonialismo. Acrescentemos a ajuda ao desenvolvimento e a imposição da globalização, como os responsáveis mais recentes.

21. Dualismo desarticulado

As designações mudam e muitas vezes usam-se como sinónimos expressões que podem ter significados muito diversos. Há umas décadas falávamos em países “subdesenvolvidos” enquanto hoje adopta-se a terminologia de “em vias de desenvolvimento”. Tanto uma como outra designação tem vantagens e inconvenientes e é irrelevante a utilização que fazemos de uma ou de outra, desde que estejamos atentos ao que significam e não nos deixemos embalar pelo som das palavras. Numa e noutra situação o suporte da classificação é uma comparação com os outros, com os que, utilizando o modelo de Rostow³⁵, já passaram por essa fase: o subdesenvolvido ainda não é desenvolvido e a comprová-lo está a diferença entre um e outro visível através de informação estatística. Esta forma de abordar o problema reflecte que

é a partir de um dos países «desenvolvidos» cuja dinâmica ocultava a especificidade dos países «subdesenvolvidos» que o subdesenvolvimento ganha o estatuto de problema autónomo. (FIGUEIREDO & COSTA, 1982:21)

Reflecte que a leitura vulgar do subdesenvolvimento e do desenvolvimento é etnocêntrica. O que diremos no ponto seguinte consolidará a constatação deste facto.

Como salientam os autores anteriormente referidos

Uma concepção não enviesada do subdesenvolvimento deve integrar o reconhecimento das condições que tornem possível aos agentes sociais dos países «subdesenvolvidos» a avaliação da sua própria realidade. (29)

Por outras palavras a caracterização do subdesenvolvimento deve resultar da estrutura dessas economias e não de uma sua comparação com os outros. Há várias pistas de abordagem. Gostaríamos aqui de reter a pista levantada por FURTADO e uma sua consequência possível.

Diz esse autor

O que conceituamos como subdesenvolvimento é, entretanto, menos a existência de uma economia fundamentalmente agrária – teríamos neste caso tão-somente uma economia atrasada – do que a ocorrência de um dualismo estrutural. Este tem origem quando numa economia a atrasada determinadas condições históricas propiciam a introdução de uma cunha de economia tipicamente capitalista, criando-se um desequilíbrio ao nível dos factores – na linguagem dos economistas – com reflexos em toda a estrutura social. As condições criadas pelo dualismo estrutural dificilmente podem explicar-se em termos de um modelo de equilíbrio estável. O esquema dinâmico de causação cumulativa, elaborado por Myrdal, é de muito maior eficácia explicativa neste caso. Dada a existência de duas formas de remuneração do trabalho, de duas tecnologias de níveis extremamente diversos, de duas concepções de organização da produção, a economia dual é intrinsecamente instável. (FURTADO, 1964:84)³⁶

Como podemos constatar esse dualismo desarticulado? Pensamos que há diversas formas de o fazer, como o há de se manifestar. Contudo pode ser útil termos um indicador sintético que reflecta essa situação agarrando um dos

seus aspectos fundamentais. Consideramos particularmente útil, apesar das dificuldades estatísticas da sua obtenção, a partir de uma matriz intersectorial relativamente desagregada analisar a quantidade de coeficientes técnicos nulos ou abaixo de valores viáveis (“óptimas”) atendendo ao desenvolvimento tecnológico e às relações económicas mais rentáveis. Esse dualismo desarticulado expressa-se, para além doutras vias, por uma baixa densidade da matriz intersectorial³⁷. Por outras palavras, menos técnicas, o subdesenvolvimento manifestar-se-ia pela ausência de cadeias produtivas, pela ausência de articulação entre os diversos sectores de actividade num determinado espaço. País quase sempre, comunidade de países, noutros³⁸.

Esta interpretação do subdesenvolvimento, logo do desenvolvimento, exige termos muito cuidado com os sinónimos que lhes atribuímos. Dois exemplos. Modernização da economia ou da sociedade pode não significar desenvolvimento e pode até conduzir à sua negação. Cooperação pode não significar desenvolvimento e pode até conduzir à sua negação. Numa situação e noutra basta que não altere a “densidade” da matriz intersectorial ou até a diminua. E não seria de estranhar que tal acontecesse porque é, provavelmente a situação mais habitual quando essa modernização ou essa cooperação é determinada essencialmente pelos interesses – e quando há verdadeiro altruísmo e vontade de ajudar os mais desfavorecidos frequentemente acontece o mesmo – das sociedades do centro, as líderes da globalização.

Só há desenvolvimento quando há mudanças estruturais conducentes ao adensamento da matriz intersectorial, à redução do dualismo desarticulado.

Não se confunda, contudo, esta posição como auto-suficiência ou desinserção da economia mundial, o que seria em todas as circunstâncias, e particularmente hoje, um absurdo.

22. «Desenvolvimento» enquanto neocolonialismo

Finda a II Grande Guerra os EUA assumem a hegemonia do mundo capitalista. A URSS sai reforçada. Os movimentos de libertação nacional, a vontade dos povos de decidirem do seu próprio destino, ganha força. Há um volumoso e longo trabalho de reconstrução a fazer. É nesse contexto que o presidente dos EUA Truman, no seu discurso em Janeiro de 1949 vai dedicar uma parte das suas propostas ao “subdesenvolvimento” e ao “desenvolvimento”. Este é o combate da “miséria”, da “fome”, de uma “vida económica primitiva e estagnante”, da “pobreza”. Acredita-se que o desenvolvimento científico, a “cooperação económica”, o “capital privado”, a “agricultura” e o “trabalho” são capazes de resolver esse subdesenvolvimento. Este aparece como algo que existe “naturalmente”, sem causa, pretendendo-se assim esquecer a responsabilidade do colonialismo.

Mas o que nos interessa particularmente nesta análise é o entendimento transmitido por Truman de qual é o processo do desenvolvimento: *este aparece como uma acção de um agente (desenvolvido) sobre outro (subdesenvolvido)*. Não se trata apenas de uma referência retórica, mas de algo que corresponde ao núcleo duro do pensamento etnocêntrico sobre os “mais atrasados”. É a continuidade, noutra época histórica, do que no Tratado de Versaillies, depois da I Grande Guerra, ficou consignado: a existência de povos que não sabem cuidar de si mesmos e que as potências imperialistas tomam a responsabilidade de gerir. É a continuação do pensamento colonialista que perdura até hoje. Mas o que é mais importante é que essa concepção de “desenvolvimento” ficou oficialmente consignada como a que deveria vigorar. A partir daí multiplicaram-se as formas de “cooperação”, os organismos internacionais e nacionais “para o desenvolvimento”, as decisões políticas, os muitos milhares de

especialistas da cooperação, desenvolvimento e outras especialidades, as ONGs. *A ajuda ao desenvolvimento torna-se numa verdadeira indústria com sede nos países do centro e agências e representantes nos países da periferia. Uma indústria de reprodução do neocolonialismo.* E se em muitas situações há boas intenções podemos reproduzir o ditado popular: “de boas intenções está o inferno cheio”.

23. «Indústria da cooperação»

MILANDO chama a atenção para a cooperação sem desenvolvimento, depois de uma minuciosa análise dos processos habitualmente desencadeados, fazendo uma distinção que nos parece útil:

Importa distinguir três dimensões diferentes do “desenvolvimento”. Em primeiro lugar, distingue-se o “*desenvolvimento-processo*”, isto é, o conjunto de práticas e dinâmicas sociais em curso”, tendo como mentores principais os “operadores de desenvolvimento”. Incluem-se, aqui, as políticas, as organizações, as instituições, os profissionais e os terrenos de exercitação que existem e se reproduzem em torno da noção de desenvolvimento. Estes elementos configuram dinâmicas sociais facilmente identificáveis pelos dispositivos metodológicos que engendram e tentam pôr continuamente em prática. Uma outra dimensão do fenómeno de desenvolvimento é designada por “*desenvolvimento-resultado*” e refere-se aos resultados reais que a primeira dimensão produz. Finalmente, em terceiro lugar, há o “*desenvolvimento-utopia*”. (2005:37)³⁹.

Partindo-se de uma certa ideia de desenvolvimento (utopia) desencadeia-se a actuação dos operadores de desenvolvimento (desenvolvimento processo) que conduz a um certo resultado nos países de destino (resultado). A conclusão a que chega é que os resultados são ridículos em relação à dimensão do processo e das intenções utopicamente reveladas. Utilizando a linguagem popular, a montanha pariu um rato, que ainda por cima pode ter actuações nefastas.

Se estamos de acordo com o diagnóstico dos resultados, estamos em desacordo com as suas

causas. Este autor coloca a causa da falência na ineficácia do desenvolvimento-processo. Para nós o cerne do problema está na própria concepção de que o desenvolvimento é um processo deste tipo, de que há países e povos que, por esta ou aquela razão, não são capazes de assumir a responsabilidade do seu destino.

Apontamento final

24. Síntese

A aquisição de cidadania teórica não significa que se assista à constituição de paradigmas alternativos, mas tão só à definição de contornos de um referencial teórico capaz de manter com a análise concreta de situações concretas a dialéctica necessária entre objecto teórico e objecto real, tarefa que o primado da vulgata interrompeu (FIGUEIREDO & COSTA, 1982: 49)

O que pretendemos demonstrar nesta breve intervenção é que

- a globalização não é mais do que uma fase do capitalismo mundializado;
- caracteriza-se essencialmente pela importância assumida pelos mercados financeiros, pelo elevados volumes, tendencialmente em crescimento, do capital fictício;
- os mercados financeiros, enquanto actividades improdutivas, são um sorvedouro de valor acrescentado produzido noutros sectores e em outras regiões do mundo, pondo em causa as condições de vida de milhões de cidadãos e encontrando na economia subterrânea, nomeadamente ilegal, o suporte da sua reprodução;
- as desigualdades económicas e sociais entre países e cidadãos atingiram níveis nunca antes verificados, bastando a riqueza de algumas centenas para impedir que centenas de milhões morram de fome;
- o fim da globalização é possível, quase inevitável, associando nos mesmos objectivos os que procuram a justiça social, os que defendem a continuidade da espécie humana e os que têm como referência valores éticos incompatíveis com o agravamento das desigualdades sociais e a proliferação de actividades económicas

ilegais;

- à escala mundial houve muitas evoluções diferentes durante este período, sendo particularmente de ressaltar a importância crescente da China na economia mundial, mas África piorou dramaticamente a sua situação durante a globalização;
- a concepção actual de desenvolvimento – acção dos desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos através da poderosa máquina internacional capitalista da cooperação – não tem em conta as características endógenas das economias subdesenvolvidas e não serve para garantir a melhoria das condições de vida de centenas de milhões de cidadãos;
- embora esta acção desenvolvimentista seja anterior à globalização assumiu novas formas – ex. lógica neoliberal e os programas de ajustamento estrutural, a importância das bolsas de valores em países onde há muito capital-dinheiro canalizável para os mercados bolsistas – passando a fazer parte integrante da globalização.

Não temos dúvidas que a actual situação tem de ser radicalmente alterada, o que só será conseguido pela luta. Espontaneamente a correlação de forças é favorável à continuação da globalização e deste “desenvolvimento”. Também sabemos que o futuro é uma construção colectiva e que não haverá à partida um novo paradigma de referência. Daí a importância da transcrição que apresentamos no início deste ponto.

A melhoria da qualidade de vida dos africanos tem de ser essencialmente obra dos africanos no contexto da economia mundializada. Te-



nhamos, contudo, cuidado com estas formulações demasiado genéricas: em “a melhoria da qualidade de vida dos africanos (a1) tem de ser obra dos africanos (a2)” estamos a utilizar o mesmo termo com dois significados diferentes. Por a1 pretendemos designar todos os cidadãos que vivem no continente africano; por a2 estamos a subentender um seu subconjunto, onde os detentores do poder e as elites (para utilizar uma terminologia na moda) têm uma função primordial. Ora muitos elementos deste segundo subconjunto serão mais associados ao *statu quo* e mais afastados da qualidade de vida do primeiro conjunto que muitos cidadãos dos países altamente desenvolvidos.

25. A “renda” e a sua problemática

Abordar estes assuntos referindo-os a África exige considerar outra peça do puzzle. Trata-se de uma região fortemente associada à produção e comercialização de produtos agrícolas e minerais em que a renda⁴⁰ assume uma grande importância, frequentemente muito grande, na repartição do rendimento. Assim, e esse é um aspecto particularmente relevante, *a propriedade da terra é mais importante que a iniciativa empresarial – independentemente de quem a assuma –, o que não propicia o “cálculo económico”, a inovação e a competitividade.*

Mas isso é assunto para outro artigo.



Bibliografia⁴¹

- [av]. 1997. *L'Avenir du Développement*. Paris: Harmattan. Original edition, 1997.
- . 2002. *África Subsariana: Globalização e Contextos Locais*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- . 2003. *Atlas da Globalização Le Monde Diplomatique*. 2 ed. Lisboa: Campo da Comunicação.
- ADJAMAGBO, Agnès, Philippe Antoine, Donatien Beguy, and Fatou Binetou Dial. 2006. Comment les femmes concilient-elles mariage et travail à Dakar et à Lomé ? *Working Papers from DIAL*.
- AINA (Ed.), Tade Akin, Chachage Seithy L. CHALANGE (Ed), & Elisabeth ANNAN-YAO (Ed.). 2004. *Globalization and Social Policy in Africa*. Dakar: Codesria.
- AMARO, Rogério Roque. 2006. Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação -- da teoria à prática e da prática à teoria. In *Ensaio de Homenagem a António Simões Lopes*. Lisboa: ISEG.
- AMIN, Samir. 2000. *Os Desafios da Mundialização*. Lisboa: Dinossauro.
- ANDERSON, Sarah, & John CAVANAGH. 2000. *Top 200. The rise of corporate global power*. Washington: Institute for Policy Studies.
- ANDOH, Nat Kobina. 1999. The impact of structural adjustment on regional integration in Sub-Saharan Africa: A case study of the Economic Community of West African States and the Southern African Development Community, Howard University.
- ANDREATTA, F., P. G. Ardeni, and A. Pallotti. 2006. Swords and Plowshares: Regional Trade Agreements and Political Conflict in Africa. *Working Papers from Dipartimento Scienze Economiche, Università di Bologna*
- ARNDT, Channing, Sam JONES, and Finn TARP. 2006. Aid and Development: The Mozambican Case. *Discussion Papers from University of Copenhagen. Department of Economics (formerly Institute of Economics)* (06-13).
- BANDYOPADHYAY, Subhayu, and Howard J. Wall. 2006. The determinants of aid in the post-cold war era. 26.
- BARAN, Paula A. 1977. *A Economia Política do Desenvolvimento*. Translated by S. F. CUNHA. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- BASEDAU, Matthias, & Wolfram LACHER. 2006. A Paradox of Plenty? Rent Distribution and Political Stability in Oil States. *GIGA Working Papers*:32.
- BERTE, Ibrahima. 2002. Test de convergence du PIB par habitant en Afrique: Evidence par la methode des series temporelles et la methode non parametrique, Université de Sherbrooke (Canada).
- BHAUMIK, Sumon K. 2006. Does the World Bank have any impact on human development of the poorest countries? Some preliminary evidence from Africa. *William Davidson Institute Working Papers Series from William Davidson Institute at the University of Michigan Stephen M. Ross Business School* (787).
- BOURGUIGNON, François J., Victoria Levin, & David Rosenblatt. 2006. Global redistribution of income. *Policy Research Working Paper Series from The World Bank* (3961).
- CARNEIRO, Emmanuel Moreira. 2004. *Especialização Rendeira e Extroversão na África Subsariana. Caracterização e Consequências*. S. João do Estoril: Príncipeia.
- CHARTIER, Anne-Marie. 1996. *Essai Critique sur*



- le Concept de Développement*. Grenoble: Presse Universitaire de Grenoble. Original edition, 1996.
- CLING, Jean-Pierre. 2006. Commerce, croissance, pauvreté et inégalités dans les PED: une revue de littérature. *Working Papers from DIAL* (DT/2006/07).
- COCKBURN, Andrew, & Joli COBB. 2003. *Escravos do Século XXI. National Geographic - Portugal* (Setembro 2003).
- DIAGNE, Marcelin Waly. 2004. The Economic Community of West African States: Is there a case for a common currency? Doutoramento, Fordham University.
- DIOUF, Makhtar. 2002. Mondialisme et Régionalisme. Le "nouveau régionalisme" en Afrique.
- DREHER, Axel, Peter NUNNENKAMP, and Rainer THIELE. 2006. Does USAid Buy UN General Assembly Votes? A Disaggregated Analysis. *Working papers from Swiss Institute for Business Cycle Research (KOF), Swiss Federal Institute of Technology Zurich (ETH)*, (06-138).
- DREHER, Axel, and Jan-Egbert STURM. 2006. Do IMF and World Bank Influence Voting in the UN General Assembly? *Working papers from Swiss Institute for Business Cycle Research (KOF), Swiss Federal Institute of Technology Zurich (ETH)*, (06-137).
- ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA. 2002. *Meeting the Challenges of Unemployment and Poverty in Africa*. Addis Ababa: Economic Commission for Africa.
- . 2003. *Meeting the Challenges of Unemployment and Poverty in Africa*. Addis Ababa: Economic Commission for Africa.
- . 2004. *Meeting the Challenges of Unemployment and Poverty in Africa*. Addis Ababa: Economic Commission for Africa.
- . 2005. *Meeting the Challenges of Unemployment and Poverty in Africa*. Addis Ababa: Economic Commission for Africa.
- EDI, Eric. 2005. Globalization and politics in the Economic Community of West African States, Temple University.
- ESTULIN, Daniel. 2005. *Clube Bilderberg: Os Senhores do Mundo*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- FIGUEIREDO, António. 1991. Economia e Desenvolvimento. *Boletim da Universidade do Porto* (6):22/26.
- FIGUEIREDO, António & Carlos S. COSTA. 1986. *Do Subdesenvolvimento. Vulgatas, Rupturas e Reconsiderações. Tomo I: Conceito. Rupturas*. Porto: Afrontamento.
- FORERO-PINEDA, Clemente. 2006. The impact of stronger intellectual property rights on science and technology in developing countries. *Research Policy* 35 (6):808-824.
- FURTADO, Celso. 1964. *Dialéctica do Desenvolvimento*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura. Original edition, 1964.
- . 1965. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura. Original edition, 1961.
- . 1982. Transnacionalização e Monetarismo. *Pensamiento Iberoamericano* (1):13/44.
- . 1998. *O Capitalismo Global*. Lisboa: Gradiva.
- GAKUNZI, David, & Ad'Obe OBE. 1995. *Rencontres avec Julius K. Nyerere*. Paris: Descartes & Cie.
- GIDDENS, Anthony. 2000. *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- HÉRAULT, Nicolas. 2006. Trade Liberalisation, Poverty and Inequality in South Africa: A CGE-Microsimulation Analysis. *Melbourne Institute Working Paper*.
- HIGGOTT, Richard. 2006. International Political Economy (IPE) and the Demand for Political Philosophy in an Era of Globalisation. *CSGR Working Paper* (210/06):58.
- IMPERIAL, Jovelina Alfredo António. 2006. A CPLP e a cooperação para o desenvolvimento: em que medida a CPLP pode contribuir para o



- desenvolvimento dos Estados membros Um exemplo: Angola, ISEG, UTL, Lisboa.
- ISMAIL, Ahmed. Challenging regionalism, trade integration and globalization: Development integration theory and the Southern African Development Community, Northern Arizona University.
- KLOCZOWSKI, Jerzy, & [av]. 2005. *Des frontières en Afrique du XIe au XXe siècle*. Paris: UNESCO.
- KOUAM, Reine Djuidje. 2005. L'Union africaine comme réponse africaine au défi de la mondialisation. *Afrique et Développement* XXX (1 & 2):125-151.
- LENINE. 1960. "L'Impérialisme, stade suprême du capitalisme", in *Oeuvres* (22). Translated by R. GARAUDY. Moscovo: Edições Progresso.
- LEONTIEF, Wassily. 1988. *A Economia do Insumo-Produto*. Translated by M. D. DAVID. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural.
- MARONG, Alhagi. 1998. Economic integration and foreign direct investment in West Africa, McGill University (Canada).
- MAYDA, Anna Maria, & Chad STEINBERG. 2006. Do South-South Trade Agreements Increase Trade? Commodity-Level Evidence from COMESA. *Working Papers from Georgetown University, Department of Economics*:37.
- MBONGO, Nsame. sd. Naissance de la Philosophie et la Renaissance Africaine (Origines et enjeux de la philosophie négro-pharaonique):16.
- MILANDO, João. 2005. *Cooperação sem Desenvolvimento*. Lisboa: ICS.
- MILANOVIC, Branko. 2006. Global income inequality : what it is and why it matters. *Policy Research Working Paper (WPS3865)*:35.
- MINGAT, Alain. 2006. Social Disparities in Education in Sub-Saharan African Countries: Gender, geographical location and family income. *Pre- and Post-Print documents from HAL, CCSD/CNRS*
- MSHIGENI, Deogratius Stephen. 2002. The growth of regionalism in Sub-Saharan Africa, University of Nevada, Las Vegas.
- N'KRUMAH, Kwame. 1967. *Neocolonialismo - Último Estágio do Imperialismo*. Translated by M. C. PEDREIRA. 1 ed. São Paulo: Editora Brasiliense. Original edition, 1967.
- NUNES, Gemeniano António. 2005. Economia Guineense: Globalização e Integração, UTL - Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.
- NYERERE, Julius K. 1970. *Socialisme, Democratie et Unité Africaine. La Declaration d'Arusha*. Translated by J. MFOULOU. Paris: Présence Africaine.
- OCDE. 1980. *Simulations de Politique Budgetaire a L'Aide du Modele des Liaisons Internationales Etablis par l'OCDE. Politique de Revenus en Théorie et en Pratique*. Paris: OCDE.
- . 2002. *Measuring the Non-Observed Economy - A Handbook* OCDE.
- . 2006. *Comprendre la croissance économique*. Paris: OCDE.
- ONU. 2005. *Rapport sur la situation sociale dans le monde en 2005*. Washington: ONU.
- . 2006. The Inequality Predicament. Report on the World Social Situation 2005. Place Published: ONU.
- PARAIRE, Philippe. 1999. *A «Aldeia-Mundo» e o seu Castelo*. 1 ed. Lisboa: Editorial Avante. Original edition, 1999.
- PATTILLO, Catherine, Sanjeev GUPTA, and Kevin CAREY. 2006. Douleurs de croissance. *Finances et Développement* (Março 2006).
- PEIRO, Amado. 2006. Happiness, satisfaction and socio-economic conditions: Some international evidence. *Journal of Socio-Economics* 35 (2):348-365.
- PIMENTA, Carlos. 2000. Globalização e Humanismo. In *Globalizzazione e Umanesimo Latino*. Tolosa: Cassamarca.
- . 2000. Globalização: Prolegómenos, Questão problemática e Hipóteses. *Vértice - nova série* (94):25.
- . 2001. Globalização, Humanismo e



- Política. In *Integração Latino-Americana ante a Globalização*. Recife: UNICAP.
- . 2004. *Globalização: Produção, Capital Fictício e Redistribuição, Ideias – Economia*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- . 2005a. Apontamentos sobre complexidade e epistemologia nas Ciências Sociais. In *Sobre Interdisciplinaridade*. Caxias do Sul: EDUCS.
- . 2005b. Globalização: desafios económicos e éticos. In *Política, Cidadania & Cultura numa Era Global*, edited by S. ROCHA-CUNHA. Évora: Instituto Superior Económico e Social.
- . 2006c. Apontamento sobre os futuros da Ciência Económica. In *Ensaio de Homenagem a António Simões Lopes*. Lisboa: ISEG.
- PLESSIS, Stan du, and Ronelle Burger. 2006. Examining the Robustness of Competing Explanations of Slow Growth in African Countries. *Working Papers from Stellenbosch University, Department of Economics* 25.
- PNUD. 1990. *Human Development Report 1990*. New York: PNUD.
- . 1991. *Human Development Report 1991*. New York: PNUD.
- . 1992. *Human Development Report 1992*. New York: PNUD.
- . 1993. *Human Development Report 1993*. New York: PNUD.
- . 1994. *Human Development Report 1994*. New York: PNUD.
- . 1995. *Human Development Report 1995*. New York: PNUD.
- . 1996. *Human Development Report 1996*. New York: PNUD.
- . 1997. *Human Development Report 1997*. New York: PNUD.
- . 1998. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1998*. Lisboa: Trinova Editora. Original edition, 1998.
- . 1999. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1999*. Lisboa: Trinova Editora.
- . 2000. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2000*. Lisboa: Trinova Editora.
- . 2001. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2001*. Lisboa: Trinova Editora.
- . 2002. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2002*. Lisboa: PNUD.
- . 2003. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2003*. New York: PNUD.
- . 2004. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2004*. New York: PNUD.
- . 2005. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2005*. New York: PNUD.
- . 2006. *Human Development Report 2006. Beyond scarcity: Power, poverty and the global water crisis*. Nova Iorque: PNUD.
- POULAIN, Jacques, and [av]. 2004. *La Culture à l'Épreuve de la Mondialisation*. Paris: UNESCO.
- RAMIREZ-RONDAN, Nelson, & Saki BIGIO. 2006. Corruption and Development Indicators: An Empirical Review. *Working Papers from Banco Central de Reserva del Perú* (2006-007).
- RAZAFINDRAKOTO, Mireille, and François ROUBAUD. 2005. Gouvernance, Démocratie et lutte contre la pauvreté en Afrique: Expérience et point de vue de la population de huit métropoles Enquêtes 1-2-3, Premiers résultats. *Working Papers from DIAL*:115.
- REDDY, Sanjay G., & Camelia MINOIU. 2006. Real Income Stagnation of Countries, 1960-2001. *Working Papers from United Nations, Department of Economics and Social Affairs*.
- REIGADO, F. Marques. 1983. *Introdução ao Planeamento. Teorias e Técnicas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- RIST, Gilbert. 1996. *Le Développement. Histoire d'une Croyance Occidentale*. 1 ed. Paris: Presses de Sciences Po. Original edition, 1996.
- SALIFOU, André. 2005. *Entretiens avec mes enfants sur la démocratie en Afrique...* Paris: Présence Africaine.
- SALL, Ebrima. The Social Sciences in Africa Trends, Issues, Capacities and Constraints.



SSRC Working Paper Series 8.

SANTOS, Maciel. 2006. A historicidade das sociedades rendeiiras – contributo para a crítica da rentier theory. Texto dactilografado

SCHNEIDER, Friedrich. 2004. The Size of the Shadow Economies of 145 Countries all over the World: First Results over the Period 1999 to 2003. *IZA - Discussion Paper* (No. 1431):64.

———. 2006. Shadow Economies and Corruption All Over the World: What Do We Really Know? *IZA - Discussion Paper* (2315).

SCHNEIDER, Friedrich, and Robert KLINGLMAIR. 2004. Shadow Economies around the World: What Do We Know? *IZA - Discussion Paper* (No. 1043):60.

SIMON-AARON, Charles 2002. Class ideology and African political theory. Ph.D., York University (Canada), Canada.

SINE, Babacar. 1983. *Le Marxisme devant les sociétés africaines contemporaines*. Paris: Présence Africaine.

SISSOKO, Yaya, and Sel DIBOGLU. 2006. The exchange rate system and macroeconomic fluctuations in Sub-Saharan Africa. *Economic Systems* 30 (2):141-156.

STIGLITZ, Joseph E. 2004. *Globalização, A Grande Desilusão*. Translated by M. F. DUARTE. 3ª Revista ed. 1 vols. Lisboa: Terramar.

SZOSTAK, Rick. 2006. Economic history as it is and should be: Toward an open, honest, methodologically flexible, theoretically diverse, interdisciplinary exploration of the causes and consequences of economic growth. *Journal of Socio-Economics* 35 (4):727-750.

TABELLINI, Guido. 2005. Culture and institutions: Economic development in the regions of Europe. *CESIFO WORKING PAPER* (1492):78.

TAMURA, Robert. 2006. Human capital and economic development. *Journal of Development Economics* 79 (1):26.

TAWFIK, Rawia M.. NEPAD and African Development : Towards a New Partnership

between development actors in Africa.

CODESRIA:16.

UE. 2005. *EU Report on Millennium Development Goals 2000 – 2004. EU contribution to the review of the MDGs at the UN 2005 High Level Event*.

Bruxelas: UE.

UN - ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA. 2003. *Economic Report on Africa 2003 - Accelerating the Pace of Development*. Addis Ababa: Economic Commission for Africa.

———. 2004. *Economic Report on Africa 2004 - Accelerating the Pace of Development*. Addis Ababa: Economic Commission for Africa.

———. 2005. *Assessing Regional Integration in Africa*. Addis Ababa: UN - Economic Commission for Africa.

VAKALLOULIS, Michel. 2003. *O Capitalismo Pós-Moderno. Elementos para uma Crítica Sociológica*. Translated by R. CRUZ. 1 ed. Lisboa: Campo da Comunicação.

WIREDU, Kwasi. 2006. *A Companion to African Philosophy*. 1 vols. Victória (Austrália): Blackwell Publishing.

ZERBO, Adama. 2006. *Marché du travail urbain et pauvreté en Afrique subsaharienne: un modèle d'analyse. Documents de travail from Centre d'Economie du Développement de l'Université Montesquieu Bordeaux IV*



Notas

* Professor Catedrático da Faculdade de Economia do Porto, Investigador do Centro de Estudos Africanos e Investigador da Cátedra Humanismo Latino. e-mail: pimenta@fep.up.pt

¹ Este trabalho resulta da comunicação apresentada ao IX Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Angola, Luanda, de 28 a 30 de Novembro de 2006. O texto então apresentado foi revisto e foram acrescentadas bastantes informações complementares.

² Sabemos que estamos aparentemente a utilizar como sinónimos palavras que exprimem conceitos diversos. Se admitimos que “em vias de desenvolvimento” e “subdesenvolvido” são dois termos para designar o mesmo, embora exprimindo posições ideológicas diferentes, as dicotomias “desenvolvido/subdesenvolvido” e “centro/periferia” estão intimamente correlacionadas, mas inserem-se em modelos interpretativos diferentes.

³ A história da globalização tem sido contada pelos vencedores. Os que admitiram que poderiam aproveitar essa globalização ou que honestamente a encararam com optimismo podem falar em desilusão. Os que morrem de fome, para referirmos a situação extrema, nem fazem ouvir a sua voz nem têm consciência da globalização.

⁴ É nossa intenção aprofundar esta questão num outro documento. Ao estudarmos África estamos quase sempre a aplicar paradigmas, teorias, modelos, também ideologias, construídos nos países desenvolvidos, que não tomam adequadamente em consideração a realidade das sociedades subdesenvolvidas. Esta situação exige uma reforçada atenção epistemológica e a capacidade de se proceder a rupturas, mesmo que as alternativas teóricas ainda não estejam construídas. E esta “ausência de alternativa” não é tanto por dificuldade teórica mas porque às teorias estão associadas a correlações de forças, práticas sociais, poderes políticos. Simultaneamente o estudo de África funciona como um novo desafio à validade das teorias.

⁵ Devemos esta expressão a Cursino Fortes, numa conferência no Porto.

⁶ Preferimos falar em “ciências da realidade humana” do que

em “ciências sociais” porque nos parece mais abrangente, sendo susceptível de englobar “ciências em construção” a partir da articulação de outras já existentes e em fase de consolidação do seu objecto teórico (ex. “Ciências da Educação”, “Ciências do Desporto”, “Estudos Literários”, etc.). Dispensamo-nos de aqui justificar esta opção de uma forma pormenorizada.

⁷ O materialismo histórico explicita a importância do económico na dinâmica das sociedades. E se explicita a importância do económico é porque reconhece que existe uma multiplicidade de outros aspectos sociais que determinam aquela dinâmica. Quando aqui falamos em condicionamento pelo económico não o fazemos em “obediência” a aquela teoria, mas por referência às práticas sociais actuais, expressão da ideologia liberal contemporânea.

⁸ “Desenvolvimento da criança”, “desenvolvimento científico”, “desenvolvimento motor”, “desenvolvimento da doença”, etc. Uma multiplicidade de utilizações, quase sempre associadas às ideias de crescimento e progresso.

⁹ Esclareçamos um pouco melhor esta afirmação. A realidade ontológica é uma, e só uma: é a referida “evolução da acessibilidade” de que falávamos anteriormente. Essa evolução pode ser analisada (Economia Política) ou proposta (Política Económica) considerando preferencialmente estes ou aqueles aspectos. É essa realidade epistemológica que permite a adjectivação. Por exemplo, se na evolução da acessibilidade se atender preferencialmente às condições de vida, à saúde, à educação, etc. estamos a fazer uma análise que permite adjectivarmos o desenvolvimento de humano. Sem dúvida que concentrarmos a atenção sobre determinadas vertentes (epistemológicas) pode influenciar a dinâmica da acessibilidade (ontológica), mas *seria um erro confundir a leitura da realidade social com a própria realidade social*. Insistimos neste ponto porque entendemos que são frequentes as leituras inadequadas nesta matéria.

¹⁰ É sobejamente conhecida a caracterização do imperialismo desde a obra de Lenine (1960) sobre o assunto, pelo que pensamos desnecessário lembrar os seus aspectos essenciais. Preocupando-nos com África será interessante



também recordar a obra de N'Krumah (1967).

¹⁰ As fronteiras entre as diversas correntes do pensamento muito raramente têm um traçado aceite por todos, agravando-se com a idiosincrasia de cada autor representativo dessas correntes. Essa fluidez agrava-se quando é a fronteira entre uma qualquer corrente e a sua nova versão. São estas as dificuldades que frequentemente sentimos quando falamos dos *liberais* e dos *neoliberais*. São a mesma corrente? Certamente têm muito em comum. São diferentes? Certamente têm aspectos específicos ou não fossem outros os tempos. Justifica-se distingui-los? Talvez. Mas são mais os críticos do liberalismo, entre os quais nos incluímos, que fazem a distinção, que os próprios liberais. Para estes só há uma corrente, de que são porta-vozes: o liberalismo. Se pretendermos fazer a distinção, onde é que esta se situa? Os liberais clássicos defendem uma sociedade apoiada na propriedade privada, com o máximo de liberdade individual assente na lei. Contudo estas premissas, também aceites pelos neoliberais, não são totalmente incompatíveis com algumas formas de intervenção do Estado. A comprová-lo está o facto da social-democracia (ou alguma social democracia como a sueca ou a de alguns partidos da Internacional Socialista) ter promovido a intervenção do Estado, nomeadamente para fins redistributivos. Mas os neoliberais consideram que toda e qualquer intervenção do Estado é prejudicial. Como se diz na entrada "Neoliberalismo" da Wikipedia,

defende a instituição de um sistema de governo em que o indivíduo tenha mais importância do que o Estado (...), sob o argumento de que quanto menor a participação do Estado na economia, maior é o poder dos indivíduos e mais rapidamente a sociedade pode se desenvolver e progredir, para o bem dos cidadãos. (...) A filosofia neoliberal acredita que a desigualdade é uma consequência da falta de liberdade que o Estado impõe, ao retirar uma percentagem considerável do vencimento sob a forma de impostos para custear o Estado.

¹¹ A Economia, segundo algumas teorias, é a ciência que estuda as relações entre os homens através das coisas.

¹² É de admitir sensibilidade às condições iniciais de algumas das "variáveis" intervenientes na sua constituição e funcionamento, o que remete para a teoria do caos. Obviamente que este aspecto não constitui preocupação neste nosso artigo, mas chama a atenção para a possibilidade de uma grande inadequação dos modelos actuais para explicar o seu funcionamento e prever situações da sua dinâmica.

¹³ Por outras palavras, que todos os intervenientes no processo tenham a informação necessária para uma decisão racional, quiçá de optimização.

¹⁴ Perdida a ignorância, nunca mais a recuperamos.

Como todos os fenómenos económicos comportam informação, o mercado é um processo (uma infinidade de processos) irreversível. A reversibilidade dos modelos ou a sua atemporalidade expressam, eventualmente, uma simplificação abusiva da realidade.

¹⁵ Quando se fala numa conferência ou numa aula em "erro da realidade" a primeira reacção de muitos dos presentes é considerar que estamos a brincar ou a fazer uma crítica implícita ao modelo económico que se está a interpretar. O senso comum admite que a realidade está sempre "certa" e que só a leitura dessa realidade é que pode estar "errada". Independentemente de qualquer interpretação sobre esta leitura, o que importa realçar é que muitas das práticas sociais, das políticas económicas, funcionam na base do "erro da realidade". Um exemplo. No modelo do "mercado de concorrência perfeita" tudo é, como o nome indica, perfeito: agentes racionais, informação completa, inexistência de barreiras à entrada e à saída do mercado, optimização individual e colectiva, equilíbrio. E, obviamente, neste maravilhoso quadro o Estado (o não económico, as regras, o quadro legal os direitos e deveres, etc.) não é necessário. Há problemas na realidade (ou "na realidade há problemas?"): desemprego, fome, "utilidade" de alguns e profunda "desutilidade" de muitos? É porque as sociedades actuais não funcionam como o modelo de concorrência perfeita que os economistas inventaram que há essas desgraças. Logo, há que ter uma política que promova essa aproximação. É certo que muitas coisas são difíceis de modificar (ex. informação), outras coisas importantes não foram consideradas pelo modelo (ex. propriedade), mas há outras que se podem modificar pelos menos parcialmente (ex. menos Estado). Desta forma se expressa a ofensiva, e a agressividade, da ideologia neoliberal.

¹⁶ A racionalidade económica pressuposta ao "homem económico" só é admissível nos deuses. Por isso alguns autores designam essa racionalidade por olímpica. Porque ela nada tem a ver com os comportamento humanos, não é de estranhar a grande quantidade de anedotas que circula em África ridicularizando essa "racionalidade".

¹⁷ As forças produtivas condicionam, no longo prazo e como tendência, as relações de produção. O progresso tecnológico tem aproximado os homens, logo a mundialização. Mas essa



mesma lógica não pode ser aplicada às especificidades da mundialização no período recente. O progresso tecnológico não impõe inevitavelmente a globalização.

¹⁸ Não é por acaso, nem por mera decisão dos políticos, que estes dois países estão tão estreitamente associados em alguns dramáticos acontecimentos recentes!

¹⁹ A este propósito parece-me particularmente elucidativa uma história verídica, que passo a relatar. Um amigo meu que dirige uma unidade hospitalar oftalmológica sentia-se amargurado porque no Norte de Portugal eram cada vez mais as pessoas que ficavam cegas porque não tinham dinheiro para os cuidados de saúde, que em muitos casos se reduziam às despesas de uma viagem de vinte ou trinta quilómetros. E porque conhecia esse drama pessoal resolveu começar a enviar aos doentes uma carta a avisar da data da próxima consulta e com uma resposta tipo, já com os selos, sobre as possibilidades de se deslocar. Depois de fazer isto durante alguns meses, um dos economistas de serviço nesse hospital apresentou-lhe uma lista de iniciativas para aumentar a lucratividade da instituição e entre elas figurava o deixar-se de enviar a resposta dos doentes já selada. O lucro valia mais do que a vista ou cegueira daqueles homens e mulheres. Aqui está um bom exemplo do fiel guardião desta asserção. Felizmente neste caso em vez de ser promovido foi despedido!

²⁰ ANDERSON (2000) compara países e empresas, tomando para os primeiros o rendimento nacional e para as empresas os pagamentos de salários durante o ano. A primeira empresa da lista é a General Motors e ocupa a 23ª posição. A posição seguinte na escala decrescente é a Dinamarca. Portugal aparece em 42ª lugar, em pior posição que dez empresas. O país africano mais bem situado é obviamente a África do Sul, em 32ª lugar. Nenhum outro país da África Subsaariana figura no grupo dos cem mais bem classificados.

²¹ Não se trata apenas da possibilidade de instalar as suas actividades num ou noutro país em função da existência de autorização e de um conjunto de critérios que, de alguma forma, têm sempre a ver com a "maximização" do lucro. A deusificação das empresas, a sua importância na actual economia mundial, os processos de concorrência actualmente existentes fazem com que as benesses oferecidas a essas empresas pelos Estados sejam enormes: redução de impostos, cedência de verbas a fundo perdido, oferta de terrenos, condições especiais de crédito, montagem de infraestruturas de apoio, formação específica de mão-de-obra, etc.

²² Quando se fala em escravatura actual há uma tendência para se admitir que se está a exagerar, que estamos a falar de situações que "parecem de escravatura", que aquele termo é aplicável apenas a algumas franjas quantitativamente pouco relevantes como, por exemplo, as prostitutas. Contudo a realidade é que cerca de trinta milhões de trabalhadores são hoje verdadeiros escravos.

²³ Não será esse desajustamento, essa incapacidade para atingir os "objectivos de desenvolvimento" anunciados, um ajustamento ao reforço do grande capital, à reprodução da globalização?

²⁴ Há duas vias consagradas de estimar a economia subterrânea: (1) através da obtenção de contraprovas para certas informações ou obtenção da "mesma informação" por diferentes vias; (2) a partir de algumas variáveis estimar outras e calcular, com uma certa margem de confiança, o montante da economia subterrânea. Exemplo da primeira via: comparar as receitas e despesas das famílias obtidas através de uma amostra representativa. Exemplo da segunda via: calcular através da moeda a quantidade de produto existente e comparar este com o calculado oficialmente. A estes dois métodos consagrados acrescentemos um outro: (3) o trabalho de investigação através de pistas que vão surgindo.

²⁵ Recorde-se, por exemplo, que o Reino Unido é um dos países com maior número de zonas destas e algumas delas com grande projecção. Recorde-se que praticamente todos os grandes bancos actuam nesses paraísos fiscais.

²⁶ O que aparece em alguns textos do FMI é: (1) olhar para uma análise anual e verificar que recentemente algumas economias subdesenvolvidas tiveram uma melhoria ligeira dos seus indicadores económicos; (2) assumir que a melhoria de dois ou três anos recentes num conjunto de vinte ou trinta desfavoráveis é indicador suficiente para uma leitura optimista, assumindo-se que é uma tendência que vai perdurar, o que é um mero pressuposto sem qualquer rigor de análise científica; (3) atribui-se o sucesso recente ao retrocesso no conjunto dos anos anteriores. Não há nenhuma análise económica científica que possa sustentar esta análise.

²⁷ A quem queira estudar mais pormenorizadamente as questões das desigualdades económicas e sociais à escala mundial e em África aconselhamos a leitura dos trabalhos recentes da Universidade da ONU (2005, 2006) sobre o assunto. A propósito do que estamos a tratar, três extractos:

- "Les réformes structurelles des 20 dernières années



ont généralement accru les inégalités, dans les pays développés comme en développement. Conscientes de cet impact défavorable, des institutions telles que la Banque mondiale ont commencé à soutenir le développement social dans le cadre de leurs stratégies globales de lutte contre la pauvreté". (26)

- "Bien que la question continue à faire l'objet de nombreux débats, il y a probablement eu une légère amélioration de la répartition mondiale globale des revenus au cours des deux dernières décennies (...). Toutefois, si l'on procède à une analyse plus approfondie, le tableau qui apparaît n'est pas tout à fait aussi positif. Premièrement, l'amélioration de la répartition des revenus mondiaux s'explique essentiellement par la croissance économique en Chine et, dans une moindre mesure, en Inde (...), et une grande partie de cette amélioration est due aux gains obtenus par les couches les plus pauvres de la société aux dépens des groupes à revenu intermédiaire dans ces deux pays. Deuxièmement, la part des 10 % les plus riches de la population mondiale est passée de 51,6 à 53,4 % du total des revenus mondiaux (...). Troisièmement, lorsque la Chine et l'Inde sont exclues de l'analyse, les données disponibles indiquent une augmentation de l'inégalité des revenus due à l'effet combiné de l'accroissement des disparités entre les revenus à l'intérieur des pays et des conséquences négatives pour la répartition d'une croissance démographique rapide dans les pays pauvres. Quatrièmement, l'écart entre les revenus des pays riches et des pays pauvres s'est élargi au cours des dernières décennies." (50)
- "Les niveaux du revenu par habitant en Afrique subsaharienne, au Moyen-Orient et en Afrique du Nord, et en Amérique latine et dans les Caraïbes ont constamment baissé par rapport au revenu par habitant moyen dans les pays plus riches membres de l'OCDE. Entre 1980 et 2001, ces niveaux sont passés de 3,3 à 1,9 % en Afrique subsaharienne, de 9,7 à 6,7 % au Moyen-Orient et en Afrique du Nord, et de 18 à 12,8 % en Amérique latine et dans les Caraïbes. La baisse de ces pourcentages ne veut pas dire que le revenu par habitant dans les régions en développement ait diminué en termes absolus, mais que le revenu par habitant a connu une croissance plus rapide dans les régions riches que dans les régions pauvres, ce qui a

élargi l'écart de l'inégalité." (53)

Tal como apontávamos no nosso livro (2004) os estudos aqui referenciados chamam a atenção para a dificuldade em medir as desigualdades e para as controvérsias nessa matéria, mas também concluem que houve agravamento das desigualdades durante a fase de *globalização*, como nós tínhamos concluído.

²⁸ A preocupação pela "boa governação" é simultaneamente legítima e aterradora. Legítima porque todos os cidadãos do mundo desejam ter Estados organizados de forma a reflectirem com transparência os múltiplos interesses em presença e que promovam a melhoria das condições de vida de todos (se isso for possível, e aqui está um grande problema!) os cidadãos. Mas a validação da boa governação tem de partir de dentro e não de fora. Quando a "boa governação" é "avaliada" por estruturas burocráticas sem funcionamento democrático ou serve para apoiar amigos ou "ricos", e condenar adversários ou "pobres", é bom recordar a história sinistra desses processos à escala mundial. Uma história longa a que continuamos a assistir.

²⁹ New Partnership for Africa's Development

³⁰ Trata-se da base de dados "World Development Indicators 2005"

³¹ Para estes mapas utiliza-se a base de dados referida na nota anterior.

³² Por outras palavras, o PIB efectivo é 1,295 vezes o registado na contabilidade nacional, neste caso.

³³ O que pretendemos dizer é: (a) utilizando a terminologia da OCDE, é provável que nos países africanos a parte da economia não registada que corresponde à economia informal seja maior que nos países europeus, por exemplo; (b) a informação estatística num determinado momento e as séries cronológicas são importantes para a qualidade das estimativas. A carência de informação exige frequentemente a obtenção de outro tipo de dados. Tudo isso torna os cálculos mais precários, a probabilidade de verificação menor.

³⁴ O termo "complexo" não é aqui usado no significado corrente: complicado. É complexo porque apresenta um conjunto de características, que nos dispensamos aqui de analisar, que não permitem um seu tratamento científico sem a utilização de modelos adequados. Caso pretendam aprofundar a questão da complexidade nas ciências sociais ver PIMENTA (2005a)

³⁵ Este economista americano tornou-se muito conhecido com os seus livros *The Stages of Economic Growth* de 1959 e



The Stages of Economic Growth: A non-communist manifesto de 1960. Autor muito ligado à administração americana, estes livros reflectem (também tendo influenciado) as posições daquela. No essencial a sua tese defende que os países passam por cinco fases sucessivas: "sociedade tradicional", "pré-condições para o arranque", "arranque", "caminho da maturidade", "elevado consumo de massas". Cada sociedade seguiria estas diversas fases de uma forma linear e autónoma. Para que houvesse uma passagem à fase seguinte bastaria (seria necessário) que se verificassem certas condições de investimento e consumo. Esta teoria contrapunha-se às teses que mostravam, por diversas vias e segundo diversas escolas do pensamento económico, que o desenvolvimento de uns está relacionado ao subdesenvolvimento de outros, e reciprocamente.

³⁶ Mantivemos a forma de escrita do autor, como faremos noutras ocasiões.

³⁷ Pensamos que se justifica uma explicação mais detalhada deste ponto, apesar de obrigar inevitavelmente a alguma formalização matemática.

Começemos por um exemplo. Consideremos uma empresa que produz farinha de trigo. Ela vai vender uma parte dessa farinha às empresas produtoras de pão, às empresas produtoras de doces, às empresas produtoras de rações para animais, às empresas que comercializam bens alimentares, eventualmente às famílias residentes no mesmo país e a parte restante vai exportar. Simbolicamente vamos designar por X_i a farinha. Porquê dessa forma? Com X designamos uma produção. Depois, através da atribuição do índice i estamos a designar uma dada produção específica, logo um determinado ramo de actividade que cria essa produção. X_a poderá ser a produção de trigo, X_b a produção de milho, X_c a produção de pão, etc. X_i a produção de farinha. Num exemplo como este os símbolos têm um significado preciso, mas podemos generalizar porque o que nos interessa é que há uma produção de um bem qualquer X , produzido num determinado ramo de actividade i : podemos então falar da produção do bem X_i .

Retomemos o exemplo. Uma parte desse bem (mais exactamente dessa produção) é vendida a outro ramo de actividade: o bem X_i é vendido ao ramo produtor de pão: o bem X que é produzido no ramo i é vendido ao ramo de actividade que produz pão, que no nosso exemplo foi identificado por c . O ramo i vende ao ramo c . Podemos simbolicamente representar por X_{ic} . Percebida esta simbologia, e mais nada é do que isso, podemos dizer que X_{ij}

é a quantidade de bem que o ramo i vendeu ao ramo j .

Como vamos medir essa quantidade de bem, essa produção? Poder-se-ia medir em qualquer unidade de medida, por exemplo toneladas. Contudo porque queremos medir a produção dos bens mais diversos de uma forma que nos permita estabelecer comparações, porque estamos a fazer estas análises com preocupações económicas e porque estamos a relatar acontecimentos numa economia em que há moeda, a melhor forma é medir em preços. X_{ij} é medido pelo preço unitário vezes a quantidade.

Como é óbvio tanto posso dizer que X_{ij} é a quantidade de bem que o ramo i vendeu ao ramo j , como dissemos anteriormente, como podemos dizer que X_{ij} é a quantidade de bem que o ramo j compra ao ramo i . A venda de uns é a compra de outros.

Voltemos ainda ao exemplo. O ramo da farinha vende a outros ramos, mas também vende directamente aos consumidores finais, sejam do próprio país, genericamente designados de famílias, ou de outros, exportações.

Designemos por F_i as famílias, por F_2 as exportações.

Poderiam existir outras situações. O que interessa aqui reter é que X_i é vendida para outros ramos de actividade – que realizam um procura intermédia, uma procura que visa utilizar esses bens para produzir outros bens, X_{ij} – e para "entidades" k que realizam uma procura final, F_{ik} . Podemos designar essas operações de venda por

$X_{i1} + X_{i2} + X_{i3} + \dots + X_{in} + F_{i1} + F_{i2} + \dots + F_{im}$ ou utilizando uma simbologia matemática mais sintética:

$$X_i = \sum_{j=1}^n X_{ij} + \sum_{k=1}^m F_{ik}$$

ou, expressando em linguagem corrente, o output total do ramo i é vendido aos n ramos de actividade existentes no país e aos m agentes que realizam uma procura final.

Poderão dizer, com razão: mas um ramo de actividade não vende a todos os outros ramos de actividade nem a todos os outros agentes! se retomarmos o exemplo anterior a farinha não é vendida ao ramo que produz automóveis, por exemplo, nem é vendida ao Estado! É verdade, mas não coloca problema. Se o ramo i vende ao ramo j X_{ij} é positivo ($X_{ij} > 0$). Se o ramo i não vende ao ramo j X_{ij} é igual a zero ($X_{ij} = 0$). Se o ramo i vende ao agente k F_{ik} é positivo ($F_{ik} > 0$). Se o ramo i não vende ao agente k F_{ik} é igual a zero ($F_{ik} = 0$).

E assim temos a representação das vendas, o que designamos por *outputs*.



De uma forma similar chegamos à formulação das compras, dos *inputs*. Para um ramo de actividade produzir tem de comprar produtos a outros ramos de actividade e adquire outros bens a outros agentes: por exemplo, força de trabalho às famílias, importações ao estrangeiro. Podemos representar essas aquisições da seguinte forma:

$$X_j = \sum_{i=1}^n X_{ij} + \sum_{k=1}^m R_{kj}$$

Concentremos agora a nossa atenção nas compras e vendas entre sectores de actividade e temos qualquer coisa como a *matrix intersectorial* seguinte, com n ramos:

		Ramos compradores					
		1	2	...	j	...	n
Ramos vendedores	1	X_{11}	X_{12}	...	X_{1j}	...	X_{1n}
	2	X_{21}	X_{22}	...	X_{2j}	...	X_{2n}
	...	...	...	...	...	...	...
	i	X_{i1}	X_{i2}	...	X_{ij}	...	X_{in}
	...	...	...	...	...	...	...
	n	X_{n1}	X_{n2}	...	X_{nj}	...	X_{nn}

Construamos agora um indicador de dependência de um ramo em relação a outro. Para que um ramo j produza X_j está dependente do fornecimento de outros sectores, genericamente do sector i . Para produzir-se X_j é necessário

que o ramo j compre ao ramo i a quantidade X_{ij} . A essa relação

$$a_{ij} = \frac{X_{ij}}{X_j}$$

chama-se habitualmente *coeficiente técnico*, porque ela reflecte as técnicas de produção.

Para uma análise mais pormenorizada veja-se, por exemplo, REIGADO (1983).

O que tem isto a ver com o subdesenvolvimento e o desenvolvimento e com os seus indicadores? Se na matriz intersectorial todos ou quase todos X_{ij} são positivos e têm um valor "significativo" estamos perante uma economia articulada e qualquer alteração nesta (por exemplo, um aumento da procura) tem efeitos em cadeia. Mesmo que actue apenas sobre um produto esse efeito em cadeia existe e o conjunto da economia altera-se. Claro que nesta análise teremos que entrar em conta com outros aspectos, nomeadamente com os valores dos coeficientes técnicos e a sua adequação à técnicas de produção existentes num determinado momento, mas para já fiquemos por estas considerações. Se muitos desses valores são nulos, o que eventualmente significa que grande parte da produção se destina ao consumo final, nomeadamente à exportação, a economia é desarticulada, as dinâmicas geradas numa

o \ j	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	D	T
1																	
2																	
3																	
4																	
5																	
6																	
7																	
8																	
9																	
10																	
11																	
12																	
13																	
14																	
15																	
S																	

Tabela 1

°\	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	D	T
1																	
2																	
3																	
4																	
5																	
6																	
7																	
8																	
9																	
10																	
11																	
12																	
13																	
14																	
15																	
S																	

Tabela 2

parte da economia do país não se repercutem nas restantes. Serão eventualmente outras economias que vão beneficiar dessa dinâmica.

LEONTIEF (1988) faz referência a esse aspecto através dos dois aqui reproduzidos, com a seguinte explicação:

As estruturas internas de economias-modelo são reveladas pelas tabelas de insumo-produto. Os quadrados vermelhos significam insumos de um setor numa dada linha horizontal para os setores das colunas interceptadas pela linha; os quadrados em vermelho-claro, o insumo de cada setor para a "Demanda final". (D); os quadrados cinza, a "Produção total" (T) de cada setor; os quadrados em [amarelo], os insumos dos fatores primários dos "Serviços domésticos" (S). A tabela [1] mostra uma economia completamente "interdependente"; a tabela [2] mostra um modelo de transações interindustriais feito sem método.

O que o autor chama "sem método" nós atribuíríamos a uma economia desarticulada. O grau de dualismo e desarticulação exigiria uma análise mais pormenorizada, nomeadamente através dos coeficientes técnicos e da importância relativa de cada X_i . Assim, por exemplo, se o setor 9 ($i = 9$) representar grande parte da produção do país em causa (por exemplo X_i representar 75%) estamos perante um forte dualismo.

³⁸ Refira-se que o dualismo e a desarticulação não se manifesta apenas nos aspectos económicos, mas em todas as áreas da vida social. Quando se criam escolas para o ensino básico e não existem docentes formados,

nem condições duradouras e sistemáticas para os formar, estamos perante uma desarticulação. Quando se criam hospitais bem equipados e depois não há condições de funcionamento há dualismo. Quando os grandes problemas de um país são uns e o que se discute nos grandes fóruns nacionais são outros problemas, há desarticulação, eventualmente resultado de um dualismo social.

³⁹ O que aqui colocamos em itálico está no livro em carregado.

⁴⁰ O conceito de renda é diferente conforme as teorias que o utilizam. A sua banalização tem-lhe retirado significado. Por isso é nossa intenção futuramente fazer um tratamento mais extenso da problemática levantada neste ponto, dando eventualmente lugar a um *working paper* desta colecção.

⁴¹ As referências bibliográficas seguintes têm trabalhos de diversos tipos e de diversas correntes do pensamento. De algumas destas obras recomendamos a sua leitura. De outras não tomaríamos essa iniciativa. Colocámos aqui os materiais que utilizamos para a realização desta comunicação. Das obras que figuram na bibliografia do meu livro sobre a Globalização – aqui referido – apenas transpus as que foram expressamente citadas.



Autor: Carlos Pimenta

Título: Globalização e Desenvolvimento: Realidade, Possibilidade ou Miragem?

Editor: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Colecção: e-Working Papers (2007/01)

Edição: 1ª (Jan/2007) Rev. 1.1 (Mai/2007)

ISBN: 978-972-99727-3-7

Localização: <http://www.africanos.eu>

Composição: CP

Referência bibliográfica:

Pimenta, Carlos. 2007. Globalização e Desenvolvimento: Realidade, Possibilidade ou Miragem?. In *e-Working Papers CEAUP*. ISBN: 978-972-99727-3-7. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. <http://www.africanos.eu>

Preço: gratuito na edição electrónica, acesso por importação.

Solicitação ao leitor: Transmita-nos (ceaup@letras.up.pt) a sua opinião sobre este trabalho.

©: É permitida a cópia de partes deste documento, sem qualquer modificação, para utilização individual. Não é permitida qualquer utilização comercial. A reprodução de partes do seu conteúdo é permitida exclusivamente em documentos científicos, com indicação expressa da fonte. Não é permitida a sua disponibilização através de rede electrónica ou qualquer forma de partilha electrónica. Em caso de dúvida ou pedido de autorização contactar directamente o CEAUP (ceaup@letras.up.pt).